

Estatísticas concelhias (2011/2012)

10 Principais Indicadores Locais



Município de Faro

Índice

Nota Prévia

1. ÁREA SOCIAL	5
1.1 Dinâmica demográfica	5
1.1.1 População residente	6
1.1.2 Densidade populacional	8
1.1.3 Grupos etários	9
1.2 Nível de vida	9
1.2.1 Ganho médio mensal.....	9
1.2.2 Poder de compra	10
1.3 Equipamentose acessibilidades	14
1.3.1 Educação	15
1.3.1.1 Creche.....	17
1.3.1.2 Estabelecimento de Educação Pré-escolar	17
1.3.1.3 Estabelecimento de Educação 1.º Ciclo do Ensino Básico	17
1.3.1.4 Estabelecimento de Educação 2.º/ 3.º Ciclos do Ensino Básico	17
1.3.1.5 Estabelecimento de Educação do Ensino Secundário	17
1.3.1.6 Ensino Superior	17
1.3.2 Saúde	18
1.3.3 Cultura	20
1.3.4 Desportivos	21
1.3.4.1 Centro Náutico da Praia de Faro	22
1.3.4.2 Campos de futebol e pavilhões desportivos	22
1.3.4.3 Os Polidesportivos existem no concelho de Faro:.....	22
1.3.4.4 Biossaudável.....	23
1.3.4.5 Piscinas Municipais.....	23
1.3.4.6 Padel	23
1.3.4.7 Circuito de Mini – golfe.....	24
1.3.4.8 Skate Parque de Faro.....	24
1.3.4.9 Pista de Atletismo.....	24
1.4 Proteção social	24
2. ECONOMIA	25
2.1 Economia e empresas.....	26
2.1.1 Sector Primário	27
2.1.1.1 Agricultura.....	27
2.1.1.2 Floresta	31
2.1.1.3 Pecuária.....	31
2.1.1.4 Pesca	31
2.1.2 Sector Secundário	31
2.1.2.1 Indústria.....	31
2.1.3 Sector Terciário.....	32
2.1.4 Turismo.....	32
2.1.5 Construção civil.....	33
2.2 Emprego... ..	35
3. AMBIENTE E TERRITÓRIO	39
3.1 Usos do solo.....	39
3.2 Saneamento básico e abastecimento de água.....	41
3.3 Estrutura verde e qualidade do ar.....	43
3.3.1 Espaços verdes urbanos (Estrutura verde)	43
3.3.2 Qualidade de ar	44



Índice de figuras

Figura 1: Mapa da divisão administrativa da região do Algarve, com destaque do concelho de Faro.....	5
Figura 2: Mapa da divisão administrativo do concelho de Faro.....	5
Figura 3: Representação gráfica comparativa entre população residente e população presente por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro, em 1991, 2001 e 2011	8
Figura 4: Poder de compra per capita	11
Figura 5: Indicador do poder de compra per capita por município, 2009	12
Figura 6: Mapa dos equipamentos de saúde do concelho de Faro	18
Figura 7: Representação gráfica comparativa entre famílias e alojamentos por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro em 3 momentos censitários consecutivos (1991; 2001 e 2011).....	35
Figura 8: Mapa de rede de águas residuais e de águas pluviais	42

Índice de quadros

Quadro 1- População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011	6
Quadro 2 - População presente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011	7
Quadro 3 - Densidade Populacional de 1991, 2001 e 2011	8
Quadro 4 - População segundo grandes grupos etários, em 2011 (concelho de Faro e suas freguesias)	9
Quadro 5 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade e o sexo	10
Quadro 6 - Indicador compósito do poder de compra	13
Quadro 7- Rede de estabelecimentos escolares do concelho de Faro	15
Quadro 8 - Cobertura do sistema de saúde	18
Quadro 9 - Indicadores dos equipamentos e serviços de saúde	19
Quadro 10 - Equipamentos culturais do concelho de Faro	21
Quadro 11 - Indicadores dos equipamentos desportivos	21
Quadro 12 - Valor médio anual das retribuições pagas - 2011	25
Quadro 13 - Número de Pensionistas - 2011	25
Quadro 14 - Indicadores de Empresas em 2010	26
Quadro 15 - Tipo de culturas temporárias e permanentes (ha)	27
Quadro 16 - Superfície das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras.....	28
Quadro 17 - Superfície irrigável das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras	29
Quadro 18 - Proporção da superfície irrigável(%) na superfície agrícola utilizada	29
Quadro 19 - Superfície agrícola utilizada (ha), segundo a composição da superfície agrícola utilizada....	29
Quadro 20 – Exploração agrícola, segundo a natureza jurídica e a forma de exploração.....	30
Quadro 21 - Procura e Oferta Turística - 2011	33
Quadro 22 - Indicadores do turismo.....	33
Quadro 23 - Dimensão do parque habitacional – 2011.....	34
Quadro 24 - Edifícios licenciados para construção, segundo o tipo de obra - 2011	34
Quadro 25 - Taxa de desemprego geral por unidade geográfica, de 1991, 2001 e 2011	37
Quadro 26 - Áreas urbanizáveis de expansão disponíveis nos aglomerados urbanos estruturantes do concelho de Faro	41
Quadro 27 - Indicadores de ambiente, 2009	43
Quadro 28 - Indicadores de ambiente, 2010 e 2011	43
Quadro 29 - Índice de qualidade do ar - IQAr.....	44

Índice de gráficos

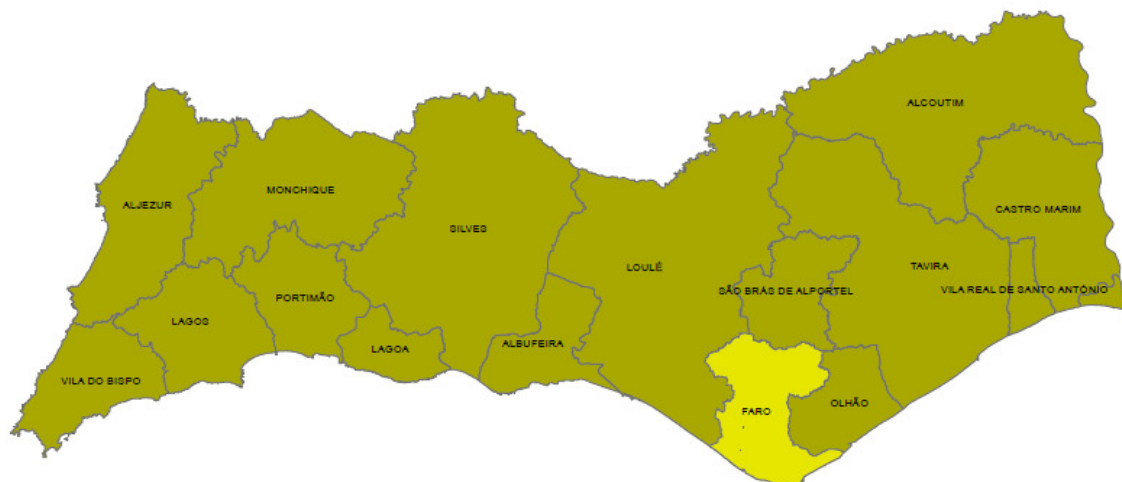
Gráfico 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011.....	6
Gráfico 2 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	10
Gráfico 3 - Evolução do indicador de poder de compra per capita.....	13
Gráfico 4 - Médicos, segundo a especialidade, 2011	20
Gráfico 5 - Nº de empresas segundo o sector de atividade em 2010 (CAE-Rev3)	26
Gráfico 6 - Composição da superfície total das explorações	20
Gráfico 7 - Composição da superfície agrícola utilizada.....	20
Gráfico 8 - Trabalhadores por conta de outrem em serviço dos estabelecimentos do concelho por sector de atividade (2005 e 2009)	36
Gráfico 9 - População residente ativa empregada segundo sector de atividade (2011).....	36
Gráfico 10 - Evolução do n.º de desempregados de 2010 a 2013	37
Gráfico 11 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua classificação (solos rural e urbano)	39
Gráfico 12 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais e culturais, agrícolas, urbanos, urbanizáveis, de equipamentos e serviços, lagunares edificados e de indústrias extrativas)	39
Gráfico 13 - Regime de uso do solo rural no concelho de Faro, segundo a sua qualificação(Espaços naturais, culturais, agrícolas, lagunares edificados e de indústrias extrativas).....	40
Gráfico 14 - Índice de qualidade do ar em Faro e Olhão (n.º de dias).....	45

1. ÁREA SOCIAL

1.1 Dinâmica demográfica

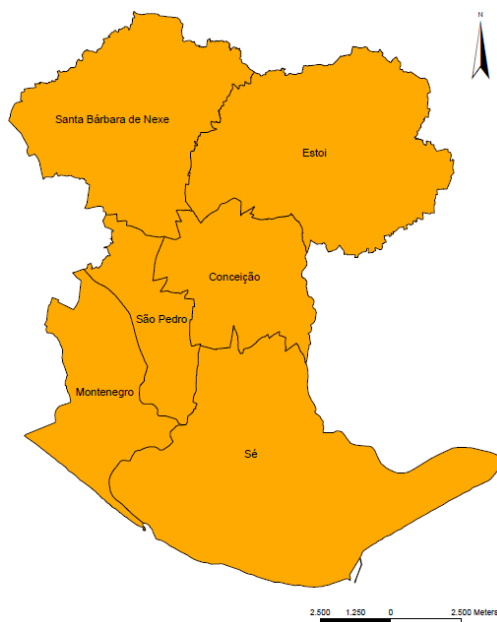
O concelho de Faro situa-se na zona do sotavento, a Sul da Região do Algarve (NUTS II Algarve), que se encontra contornada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O concelho de Faro tem contiguidade a Norte com o concelho de S. Brás de Alportel, a Oeste com o de Loulé, a Este com o de Olhão e a Sul com a Ria Formosa. É atravessado por um troço da Via do Infante (A22) e pela Estrada Nacional 125, que constituem as principais vias estruturantes da região.

Figura 1: Mapa da divisão administrativa da Região do Algarve, com destaque do concelho de Faro



Fonte: Divisão de SIG, CM Faro, 2007, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008", adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

Figura 2: Mapa da divisão administrativo do concelho de Faro



Fonte: INE Censos 2011, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008", adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

O concelho de Faro tem uma área de 202,55 km²¹, conforme decorre da nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12, que representa aproximadamente 4% da área total da região do Algarve, e tem uma população residente de 64.560 habitantes², o que representa 14,1% da população residente no Algarve. Este concelho agrega 6 freguesias e 104 lugares. S. Pedro, Sé, e Montenegro são consideradas áreas predominantemente urbanas; Santa Bárbara de Nexe e Conceição são consideradas áreas medianamente urbanas e Estoi enquadra-se nas áreas predominantemente rurais.

1.1.1 População residente

De acordo com os Censos de 2011 – resultados definitivos, o concelho de Faro apresenta uma densidade populacional de 318,74 hab./Km², tendo, à data do levantamento censitário, uma população residente de 64.650 habitantes que apresentava a seguinte distribuição por freguesia: 29.542 habitantes na freguesia de Sé; 14.577 habitantes na freguesia de S. Pedro; 8.149 habitantes na freguesia de Montenegro; 4.116 habitantes na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 4.524 habitantes na freguesia da Conceição e 3.652 habitantes na freguesia de Estoi.

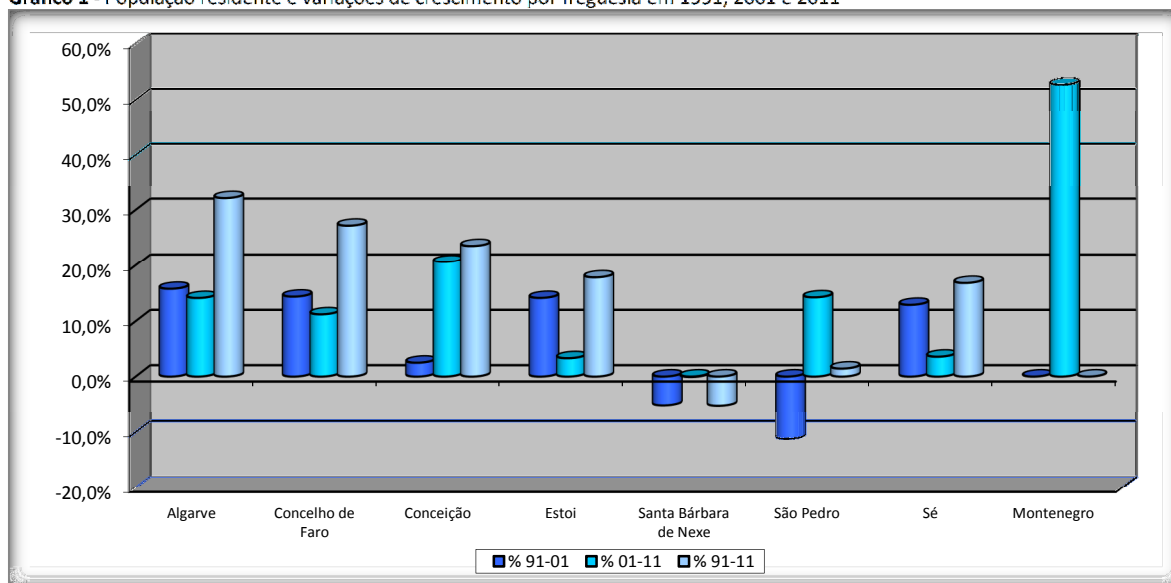
Quadro 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011

Unidade Territorial	1991	2001	2011	Variação 91-01	Variação 01-11	Variação 91-11	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Algarve	341404	395218	451006	53814	55788	109602	15,8%	14,1%	32,1%
Concelho de Faro	50761	58051	64560	7290	6509	13799	14,4%	11,2%	27,2%
Conceição	3662	3751	4524	89	773	862	2,4%	20,6%	23,5%
Estoi	3100	3538	3652	438	114	552	14,1%	3,2%	17,8%
Santa Bárbara de Nexe	4338	4119	4116	-219	-3	-222	-5,0%	-0,07%	-5,1%
São Pedro	14374	12761	14577	-1613	1816	203	-11,2%	14,2%	1,4%
Sé	25287	28546	29542	3259	996	4255	12,9%	3,5%	16,8%
Montenegro	- ⁽¹⁾	5336	8149	-	2813	-	-	52,7%	-

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

-⁽¹⁾ A freguesia do Montenegro não existia no ano 1991, tendo sido criada a 20 de Junho de 1997.

Gráfico 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

¹ Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012

² INE, Censos 2011 (Resultados definitivos)

Os dados sobre a população já disponíveis para as freguesias permitem verificar que foi na freguesia do Montenegro que se verificou o maior dinamismo demográfico do concelho no último decénio. Neste período, as freguesias que integram o “Sistema Urbano de Faro” (Sé, São Pedro e Montenegro), apresentaram um crescimento demográfico de 5625 habitantes, passando de 46.643 para 52.268 habitantes, sendo de destacar que este valor corresponde a 80,96% da população do concelho, em 2011.

Os restantes 12.292 residentes distribuem-se pelas três freguesias rurais com valores de população relativamente equivalentes mas onde se destaca o crescimento de 20,6% da freguesia da Conceição no último decénio.

Dos dados referentes às três freguesias que integram o “Sistema Urbano de Faro” (Quadro 1) destacam-se os seguintes aspetos:

- O contínuo crescimento demográfico nas freguesias da Sé e S. Pedro entre 1991 e 2011, e uns valores para a freguesia do Montenegro que não contrariam essa tendência;
- O grande crescimento de freguesia de Montenegro, 2.813 residentes, entre 2001 e 2011, correspondendo a uma taxa de crescimento de 52,7%;
- A quebra do ritmo de crescimento da freguesia da Sé entre 2001 e 2011, tendo passado de uma taxa de crescimento, na década de 1991-2001, de 12,9% para 3,5% na década seguinte;
- A estabilização da tendência de crescimento da população na freguesia de São Pedro.

Há ainda a referir o consecutivo decréscimo populacional registado, no período em análise, pela freguesia de Santa Bárbara de Nexe. O que denota, nas duas últimas décadas, uma fraca capacidade desta freguesia para fixar população.

Quadro 2 - População presente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011

Unidade Territorial	1991	2001	2011	Variação 91-01	Variação 01-11	Variação 91-11	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Algarve	367825	420166	462862	52341	42696	95037	14,2%	10,2%	25,8%
Concelho de Faro	51848	59799	63467	7951	3668	11619	15,3%	6,1%	22,4%
Conceição	3661	3633	4365	-28	732	704	-0,8%	20,1%	19,2%
Estoi	3164	3661	3701	497	40	537	15,7%	1,1%	17,0%
Santa Bárbara de Nexe	4407	4283	3981	-124	-302	-426	-2,8%	-7,1%	-9,7%
São Pedro	14653	12958	14198	-1695	1240	-455	-11,6%	9,6%	-3,1%
Sé	25963	29707	28961	3744	-746	2998	14,4%	-2,5%	11,5%
Montenegro	- ⁽¹⁾	5557	8261	-	2704	-	0,0%	48,7%	-

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

- ⁽¹⁾ A freguesia do Montenegro não existia no ano 1991, tendo sido criada a 20 de Junho de 1997.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, o concelho de Faro apresenta uma população presente de 63.467 habitantes, inferior à população residente naquele momento censitário (64.650 hab.). Tal observação vem contrariar a tendência registada nos dois momentos censitários anteriores (1991 e 2001) em que a população presente era claramente superior à população residente.

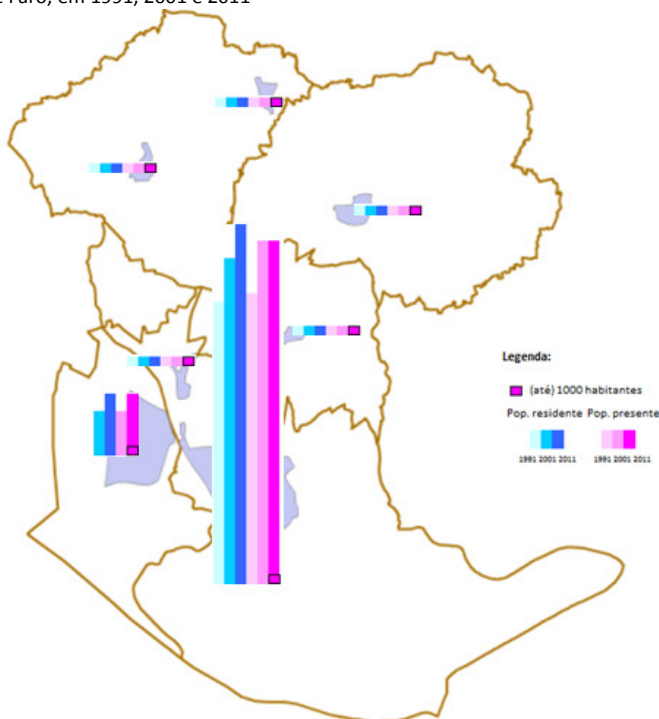
A população presente (resultados definitivos dos Censos 2011) apresenta, no concelho de Faro, a seguinte distribuição por freguesia: 28.961 habitantes na freguesia de Sé; 14.198 habitantes na freguesia de S. Pedro; 8.261 habitantes na freguesia de Montenegro; 3.981 habitantes na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 4.365 habitantes na freguesia da Conceição e 3.701 habitantes na freguesia de Estoi. As freguesias urbanas da Sé e S. Pedro apresentam, nos últimos Censos, a mesma tendência do concelho, já referida, ou seja, de perda de população presente relativamente à população residente. Excetuam-se desta constatação as freguesias de Montenegro e de Estoi que, em 2011, apresentam uma população presente superior à residente.

A figura seguinte ilustra a relação entre a população residente e a população presente nos três momentos censitários em análise e nos aglomerados urbanos mais relevantes do concelho de Faro.

Uma leitura rápida permite-nos concluir que no último decénio a cidade de Faro e a Conceição de Faro apresentam uma população presente inferior à população residente, resultados que contrariam a tendência

verificada nos decénios anteriores, em particular na cidade de Faro em que o diferencial era superior a 1000 pessoas presentes face às residentes.

Figura 3: Representação gráfica comparativa entre população residente e população presente por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro, em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos 1991; 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

1.1.2 Densidade populacional

A análise da distribuição da população por freguesia (2011) permite-nos identificar a concentração espacial da população. A maior concentração regista-se nas freguesias urbanas, na zona sul do concelho, como é o caso de São Pedro (1.082,18 hab./km²), Sé (482,08 hab./km²) e Montenegro (384,57 hab./km²), seguidas pelas freguesias medianamente urbanas, como Conceição (207,43 hab./km²) e Santa Bárbara de Nexe (107,72 hab./km²), e por último, pela freguesia rural, Estoi (78,39 hab./km²).

Há contudo, que considerar que a freguesia da Sé é ocupada em cerca de $\frac{3}{4}$ da sua superfície pela Ria Formosa o que distorce este indicador quando utilizado isoladamente.

Quadro 3 - Densidade Populacional de 1991, 2001 e 2011

Unidade territorial	Área Km2 ⁽¹⁾	Pop. residente 1991	Pop. residente 2001	Pop. residente 2011	Dens. pop. 1991	Dens. pop. 2001	Dens. pop. 2011
Algarve	4.996,80	341.404	395.218	451.006	68,32	79,09	90,26
Concelho de Faro	202,55	50.761	58.051	64.560	250,61	286,60	318,74
Conceição	21,81	3.662	3.751	4.524	167,90	171,99	207,43
Estoi	46,59	3.100	3.538	3.652	66,54	75,94	78,39
Santa Bárbara de Nexe	38,21	4.338	4.119	4.116	113,53	107,80	107,72
São Pedro	13,47	14.374	12.761	14.577	1.067,11	947,36	1.082,18
Sé	61,28	25.287	28.546	29.542	412,65	465,83	482,08
Montenegro	21,19	-	5.336	8.149	-	251,82	384,57

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

- ⁽¹⁾ Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012

Densidade Populacional = População residente/Área Km2

1.1.3 Grupos etários

Em termos de estrutura etária e no que respeita aos três grandes grupos etários da população - Crianças e Jovens (até aos 14 anos), População Ativa (15-64 anos) e População Idosa (com idade superior a 65 anos), verificam-se algumas diferenças na sua distribuição ao longo do território. As freguesias que apresentam maior percentagem de população jovem são as freguesias urbanas, da faixa sul e litoral do concelho, e a freguesia da Conceição (com 15,5% de pop. Jovem). O mesmo acontece com a percentagem da população ativa. Já com o grupo de população idosa sucede o contrário, as freguesias com maior percentagem de população deste grupo são as duas do interior do concelho, Santa Bárbara de Nexe e Estoi, que se inserem já na faixa do barrocal, e que revelam maior tendência de envelhecimento.

A freguesia de Santa Bárbara de Nexe apresenta a maior percentagem de população idosa (27,6%), dados que são consentâneos com o facto de esta freguesia ter, nos últimos 20 anos perdido população residente, conforme já se referiu.

Quadro 4 - População segundo grandes grupos etários, em 2011 (Algarve, concelho de Faro e suas freguesias)

Unidade territorial	População residente	Crianças e Jovens (0-14 anos)		População Ativa (15-64 anos)		População Idosa (65 ou mais anos)	
		Total	%	Total	%	Total	%
Algarve	451006	66974	14,8%	296263	65,7%	87769	19,5%
Faro	64560	9400	14,6%	43506	67,4%	11654	18,1%
Conceição	4524	699	15,5%	3013	66,6%	812	17,9%
Estoi	3652	470	12,9%	2355	64,5%	827	22,6%
Santa Bárbara de Nexe	4116	491	11,9%	2491	60,5%	1134	27,6%
S. Pedro	14577	2266	15,5%	9804	67,3%	2507	17,2%
Sé	29542	4037	13,7%	20176	68,3%	5329	18,0%
Montenegro	8149	1437	17,6%	5667	69,5%	1045	12,8%

Fonte: Censos 2011 – Resultados Definitivos

1.2 Nível de vida

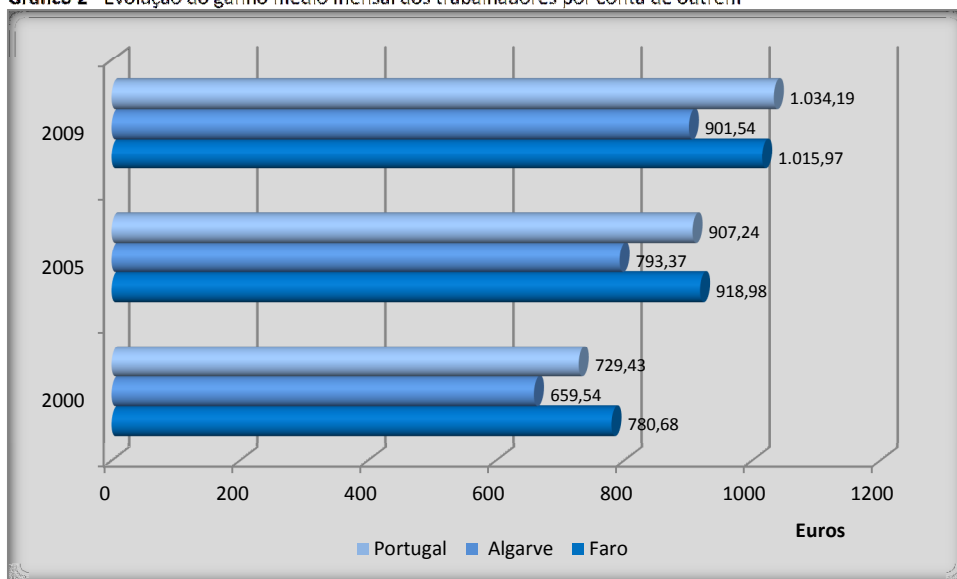
Para identificarmos o nível de vida no município de Faro recorreremos a dois tipos de dados. Um primeiro baseado no montante do ganho médio mensal dos indivíduos. Um segundo, baseado no seu poder de compra que, por si só, constitui um indicador compósito e não deve ser confundido com qualquer uma das variáveis a que corresponda um âmbito concetual bem delimitado, como sejam o rendimento ou o consumo das famílias.

Na nossa sociedade, tendencialmente terciarizada, predominam os trabalhadores por conta de outrem, motivo pelo qual escolhemos esta parcela da população ativa para abordarmos o indicador em apreço.

1.2.1 Ganho médio mensal

Pela leitura do gráfico seguinte é evidente a preponderância do poder de compra da população residente em Faro relativamente à Região. Para tal contribuirá a concentração do emprego qualificado em Faro, decorrente da elevada presença de serviços desconcentrados da Administração Central, de equipamentos com influência regional, como a Universidade e o aeroporto, e de empresas especializadas atraídas pela proximidade dos serviços administrativos e equipamentos dos quais dependam para o seu exercício.

Gráfico 2 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem



Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve – 2000, 2006 e 2011

De facto, a leitura do quadro seguinte, também nos indica que os rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem no sector terciário são, no concelho de Faro, superiores à média regional. O mesmo se regista no sector secundário.

Apenas o sector primário apresenta auferimentos no concelho de Faro inferiores à média regional. O que se compreende pela forte vocação do aglomerado urbano de Faro para os serviços que, ao longo do tempo, tem retirado expressividade ao sector primário no concelho.

Quadro 5 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade e o sexo

Unidade Territorial	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Algarve	901,54	985,75	807,65	795,22	861,00	669,09	911,36	930,77	828,97	901,95	1 014,41	808,13
Faro	1 015,97	1 127,59	893,17	679,32	751,38	601,87	976,70	984,49	943,76	1 031,29	1 185,33	895,62

Fonte: Anuário estatístico da região Algarve 2011

No concelho de Faro os trabalhadores por conta de outrem auferiam uma média mensal de 1.015,97€ superior à média mensal de 901,54€, auferida no resto da região do Algarve, o que corrobora a superioridade do nível de vida registado no ponto anterior.

1.2.2 Poder de compra

A determinação do poder de compra a nível nacional é periodicamente elaborada pelo INE em parceria com a Universidade de Coimbra e pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na aceção lata de bem-estar material.

Em 2009³, o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) reteve 17 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2009 e relativizadas pela população residente. Foram disponibilizados três indicadores - Indicador *per Capita*, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo, sendo

³ INE (2009) Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 9ª edição, acedido em 11 de Abril 2012 em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107719486&DESTAQUESmodo=2

que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados.

Dos 308 municípios portugueses, 39 apresentavam, relativamente ao indicador sintético do poder de compra *per capita*, resultados acima do valor médio nacional. Uma análise global dos resultados permite destacar valores mais elevados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito.

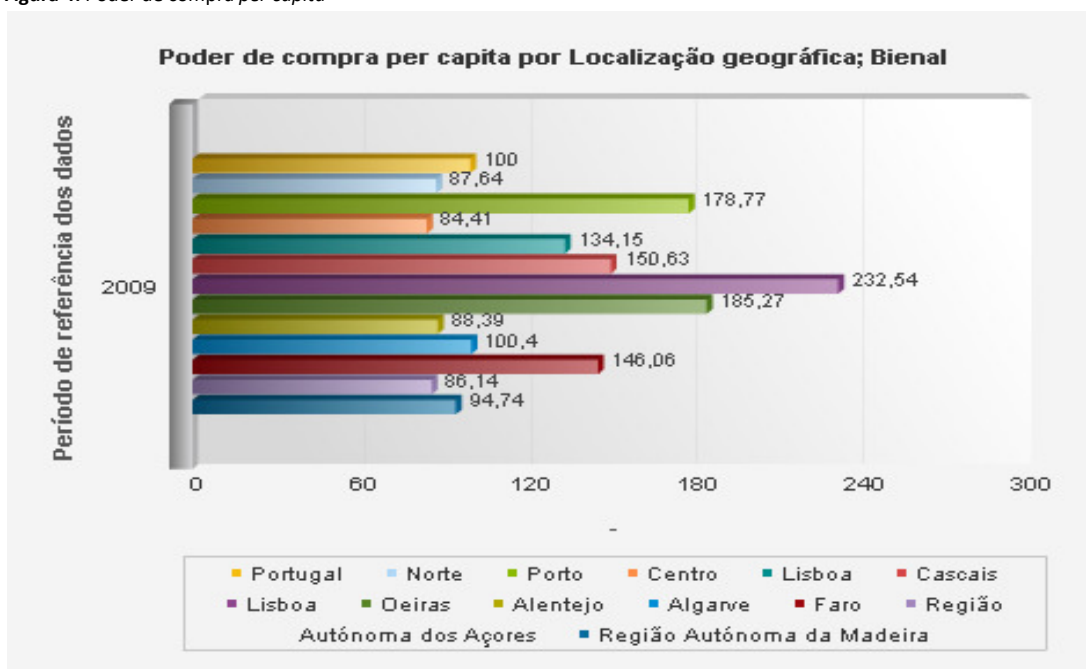
Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto destacam-se o município de Lisboa que apresentava o IpC mais elevado (232,5), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 16 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 120, ainda se encontravam mais seis municípios da área metropolitana de Lisboa: Oeiras (185,3), Cascais (150,6), Montijo (136,9), Alcochete (132,6), Almada (122,2) e Loures (121,6). No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (178,8), de Matosinhos (130,6) e de São João da Madeira (129,1).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam, em 2009, através deste indicador, um poder de compra *per capita* manifestado superior à média nacional, com relevância para Faro (146,1), Coimbra (144,9) e Aveiro (134,8).

Evidenciavam-se, ainda, o Funchal (133,3) e o Porto Santo (120,2), na Região Autónoma da Madeira, e Sines (132,6), no Alentejo Litoral. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente (INE, 2009).

Verificamos pois, que o concelho de Faro em 2009 ocupava a quinta posição no *ranking* nacional do indicador *per capita* do Poder de compra concelhio, apenas ultrapassado, por ordem decrescente, pelos concelhos de Lisboa (que se destaca), por Oeiras, pelo Porto e por Cascais.

Figura 4: Poder de compra *per capita*



Fonte: INE – portal, elaborado em 10 de Abril de 2012 a partir do seguinte endereço:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001354&contexto=bd&selTab=tab2

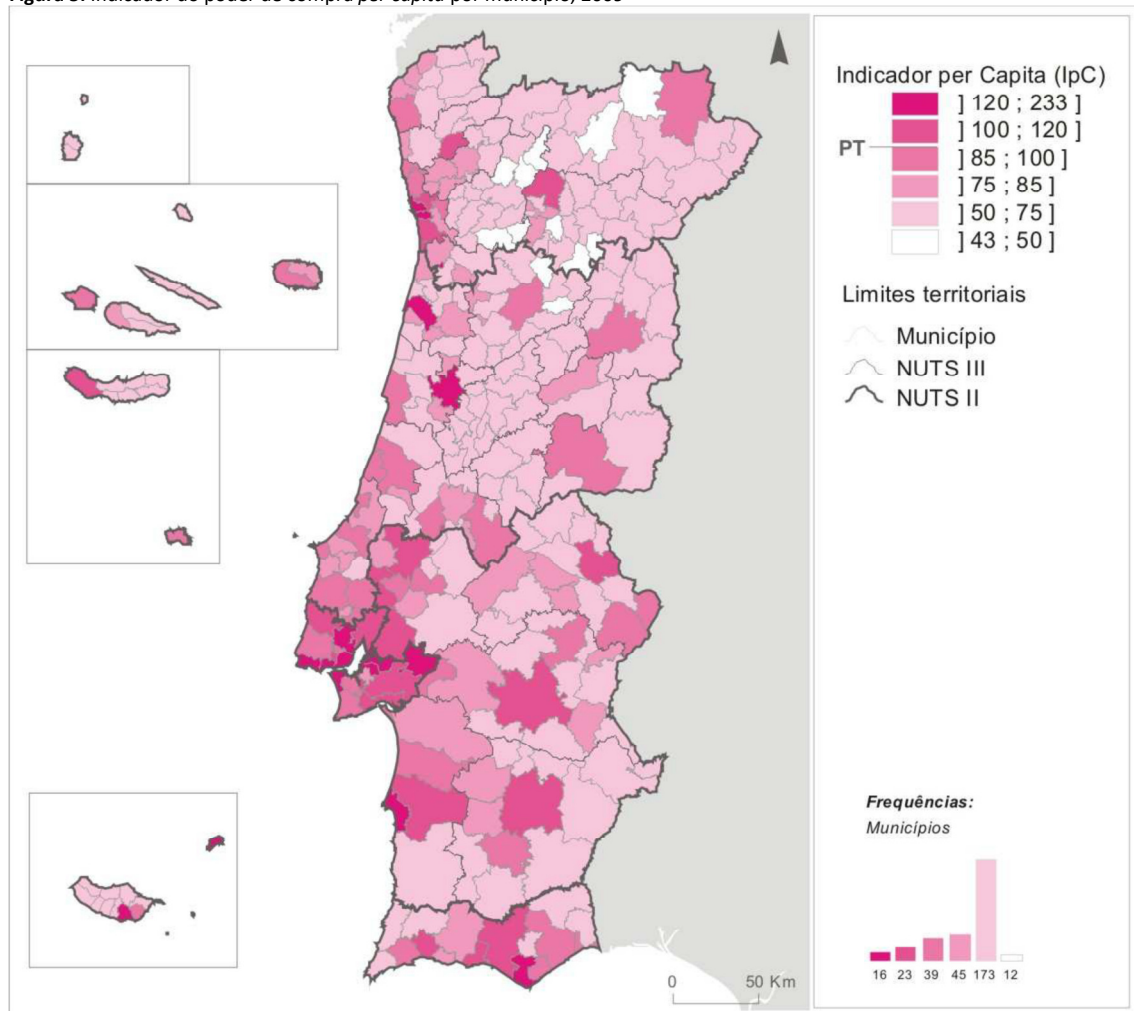
A figura anterior faculta-nos uma análise comparativa dos indicadores dos cinco concelhos com maiores resultados em 2009 (Lisboa, Oeiras, Porto, Cascais e Faro), com os indicadores médios regionais, denotando-se uma acentuada discrepância. Apenas as regiões de Lisboa e do Algarve apresentam valores acima do índice 100.

A análise espacial do mesmo indicador demonstra que o maior índice de poder de compra *per capita* se localiza nos concelhos do litoral (o que reforça a acentuada litoralização do país). Apenas algumas capitais

distritais se destacam no interior do país, constituindo-se como pólos catalisadores enquanto centros administrativos e cívicos com capacidade indutora de algum dinamismo económico.

A figura abaixo elucida-nos sobre o posicionamento de Faro, no contexto do território nacional, em relação à matéria em análise.

Figura 5: Indicador do poder de compra *per capita* por município, 2009



Fonte: INE (2009) Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 9ª edição, acedido em 11 de Abril 2012 em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107719486&DESTAQUESmodo=2

O indicador - **Percentagem de Poder de Compra (PPC)** - reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Trata-se de um indicador, que pretende avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

Ao nível municipal, Faro insere-se dentro do grupo dos 65 municípios que contribuem em 1 % para o poder de compra nacional. Na região do Algarve nenhum município contribui em mais de 1% para o poder de compra nacional, sendo que apenas 7 deles apresentam esse tributo, os restantes apresentam desempenhos abaixo de 1%.

Apenas 23 municípios contribuem em mais de 1% para o poder de compra nacional, destacando-se Lisboa no contexto nacional ao representar 10,5% do poder de compra nacional. Os restantes 22 municípios integram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto, algumas capitais de distrito e dois municípios da sub-região do Ave (Guimarães e Vila Nova de Famalicão).

Os restantes 220 municípios contribuem para o poder de compra nacional com menos de 1%.

O indicador - **Fator Dinamismo Relativo (FDR)** - pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística e, portanto, associados à dinâmica comercial. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio padrão da respetiva distribuição municipal.

A região do Algarve é aquela que apresenta valores mais elevados de FDR. Em 2009, dos 15 municípios, a nível nacional, com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se no Algarve.

Faro integra o grupo dos 22 municípios que apresentam um valor de FDR situado entre 0,5 e 1 e Lisboa integra o grupo dos 243 municípios que apresentam valores de FDR negativos (entre -1 e 0). Importa sublinhar que um valor baixo de FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante nesse território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular.

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2009. Nesta perspetiva, mereciam destaque os municípios do Algarve, sobretudo Faro, Loulé, Portimão e Albufeira, mas também o Funchal e Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira (INE, 2009).

Quadro 6 - Indicador compósito do poder de compra

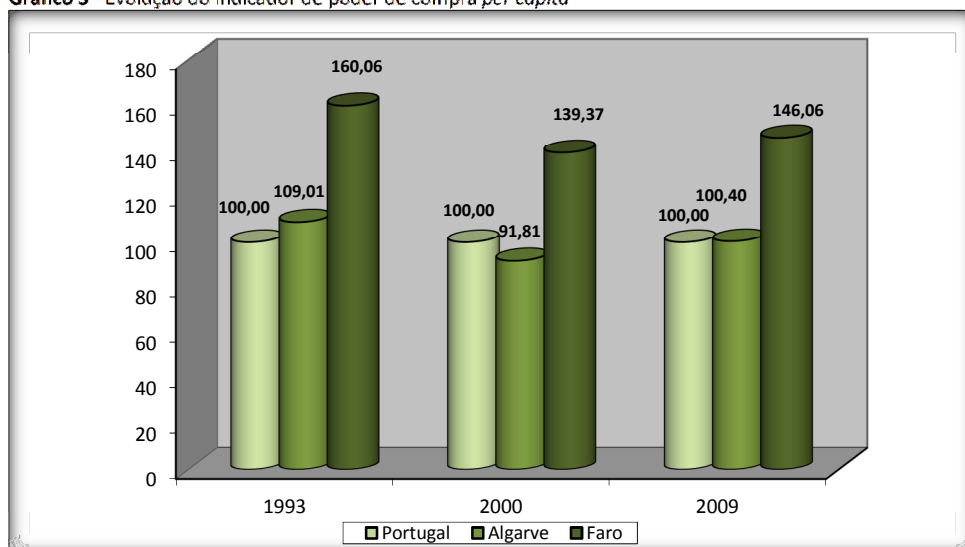
Unidade territorial	Indicador per capita	Percentagem de poder de compra	Fator dinamismo relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,179
Algarve	100,40	4,096	3,450
Faro	146,06	0,806	0,712

Fonte: INE (2009) Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 9ª edição, acedido em 12 de Abril 2012 em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107719486&DESTAQUESmodo=2

O gráfico seguinte indica-nos a evolução do índice de poder de compra *per capita* do concelho de Faro em três momentos de décadas distintas (1993, 2000, 2009). De um modo geral verifica-se que o valor deste indicador para o concelho de Faro é sempre superior ao valor médio para a Região do Algarve, o que revela uma supremacia do poder de compra *per capita* em Faro.

Outra análise relevante respeita ao facto do valor mais elevado ter sido registado na década de 90, no ano de 1993, e ter decrescido consideravelmente no ano de 2000. Em 2009, ano em que Faro ocupa o quinto lugar no *ranking* nacional deste indicador, o valor, apesar de superior ao registado no início da mesma década, ainda não atinge o valor de 1993. Facto que nos permite afirmar que a década de 90 do século XX, constituiu o período em que os farenses gozaram de um poder de compra *per capita* mais elevado.

Gráfico 3 - Evolução do indicador de poder de compra *per capita*



Fonte: INE – Estudo sobre o poder de compra concelhio (EPCC) 1993, 2000 e 2009

1.3 Equipamentos e acessibilidades

Entende-se por equipamentos de utilização coletiva, independentemente da sua natureza pública ou privada, as edificações destinadas à prestação de serviços à coletividade (saúde, educação, assistência social, segurança, proteção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática pela coletividade de atividades culturais, desportivas, ou de recreio e lazer.

No âmbito dos equipamentos de carácter económico, mais precisamente no sector da logística, há a considerar o Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF) que, por se caracterizar como sendo um moderno Centro Logístico, constitui um importante equipamento estruturante de interesse público, fundamental para o desenvolvimento regional e ordenamento urbano e comercial do Algarve. Esta estrutura dispõe de um conjunto de novos e funcionais espaços destinados aos diversos operadores do ramo alimentar e não alimentar, preparadores, armazenistas, distribuidores, transportadores, tal como a outros prestadores de serviços em atividades complementares

Faro enquanto capital distrital, atraiu a si, não só os equipamentos de influência regional, mas também as infraestruturas, de entre as quais se destacam as de transportes distribuídas por todas as modalidades: rodoviária; aérea; ferroviária e marítima/fluvia, sendo de salientar o seu aeroporto internacional.

Ao nível das acessibilidades rodoviárias, o concelho encontra-se servido pela rede nacional fundamental que lhe permite a conexão ao resto do país e a Huelva (IP1-A2 e A22) e pela rede nacional complementar que assume um carácter estruturante para a região, atravessando-a longitudinalmente e permitindo a ligação ao aeroporto (EN 125 e EN 125-10). A malha rodoviária estruturante do concelho é completada pelo eixo que estabelece a ligação Norte/Sul e assegura a ligação às sedes de freguesia do interior do concelho, aos aglomerados do Barrocal algarvio e ao Alentejo. Para além destas infraestruturas de âmbito nacional e regional, a rede rodoviária do concelho é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede do concelho⁴.

Ao nível da acessibilidade ferroviária o concelho encontra-se conectado à Linha do Sul que liga a região a Lisboa e ao resto do país, através da Linha do Algarve que atravessa longitudinalmente a região entre Lagos e Vila Real de Santo António. Também nesta modalidade o nível de acessibilidade é muito bom, considerando que a estação ferroviária se localiza no centro da cidade de Faro (sede do concelho), não obstante a falta de modernização da infraestrutura ferroviária, do material circulante e da reduzida flexibilidade dos horários e da intermodalidade, o que lhe retira bastante atratividade.

No âmbito das acessibilidades, há ainda a referir o Porto Comercial de Faro, que já teve bastante importância no transporte de mercadorias por via marítima, mas cuja utilização tem vindo a decair desde que o aeroporto deixou de ser abastecido por esta via.

O concelho de Faro insere-se no subsistema litoral central do Algarve, que abrange a faixa litoral entre Lagos e Tavira e que é caracterizado pelo seu desenvolvimento económico, por uma intensa urbanização difusa e índices demográficos mais elevados, por interesses imobiliários e uma forte concentração turística e por bons padrões de acessibilidade⁵. A este fenómeno de urbanização difusa está associado um elevado índice de dependência do automóvel para a satisfação das necessidades diárias dos seus habitantes.

O mesmo fenómeno ocorre dentro da malha urbana dos maiores aglomerados urbanos, de que Faro é um caso exemplificativo, em virtude dos equipamentos sociais e serviços se encontrarem dispersos e em localizações periféricas, o que obriga a inúmeros movimentos pendulares que congestionam as cidades. No caso de Faro existe a agravante de boa parte do tráfego regional entrar no tecido urbano apenas por uma questão de atravessamento.

Os transportes coletivos rodoviários, pelas características que apresentam e se prendem com as baixas frequências, horários desajustados à procura existente e ainda, por questões de comodidade, não têm

⁴ O Aeroporto Internacional de Faro como oportunidade para o desenvolvimento competitivo da região do Algarve-Relatório Final (maio 2008), consórcio Augusto Mateus e Associados, Bruno Soares-arquitetos e DHV

⁵ Plano de Mobilidade Sustentável – Faro|2007, UAlg. e CMFaro

conseguido responder às necessidades de deslocação da população, pelo que não têm conseguido captar o mercado potencial que existe ao seu alcance.

Para melhor entendermos o impacto dos movimentos pendulares atente-se à análise evolutiva da população residente empregada e estudante no concelho de Faro, quanto ao seu comportamento ao nível das deslocações. De acordo com o Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”⁶, 87% da população empregada e estudante residente no concelho de Faro, em 2001, trabalhava e estudava no concelho, sendo apenas de 13% a parcela dessa população que se deslocava para fora do concelho. Ainda de acordo com o mesmo estudo, o concelho de Faro gera internamente, em 2012, 46.297 viagens diárias (origem/destino - dados retirados dos inquéritos ao transporte individual realizados em março 2012).

Perante este volume de veículos e passageiros, justificar-se-á que se desenvolvam novos esforços para que se promova a implementação de um sistema de transporte coletivo mais coerente, integrado e naturalmente mais atrativo.

Passamos neste ponto a efetuar um retrato tão preciso quanto possível da dotação do município de Faro em equipamentos nos principais sectores de suporte social.

1.3.1 Educação

“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”
(Freire, 1967, p.35)

A Educação compreende uma abrangência e complexidade conceptual que a fundamenta, e que passa pela necessidade incontestável de realização humana, a afirmação dos homens e mulheres que deverão ser capacitados para marcar o seu papel enquanto membros de uma determinada comunidade, sociedade, enquanto cidadãos de uma nação. Daqui se depreende que o ato educativo, a ação e a atividade educativas encerram uma dimensão utópica que sustenta o percurso de vida do indivíduo e que influencia o processo de desenvolvimento humano assim como o processo de desenvolvimento social e económico.⁷

No ano letivo 2012/2013, o concelho de Faro encontra-se coberto pela rede de estabelecimentos escolares da rede pública e privada /cooperativa que se indica na tabela seguinte:

Quadro 7- Rede de Estabelecimentos Escolares do Concelho de Faro

Estabelecimentos	Rede	N.º	Rede	Nº	N.º Total
Creche	Pública	0	Privada/ Cooperativa	28 ⁸	28
Jardim de Infância/Pré- Escolar	Pública	5	Privada/ Cooperativa	27	32
1.º Ciclo Ensino Básico	Pública	17	Privada/ Cooperativa	4	21
2.º/3.º Ensino Básico	Pública	6	Privada/ Cooperativa	2	8
Secundário	Pública	3	Privada/ Cooperativa	0	3
Superior	Pública	7	Privada/ Cooperativa	0	7
Total		38		61	99

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Faro (2012 - 2017)

⁶ DHV (2012) Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”: Relatório de Caracterização e Diagnóstico (Doc. provisório)

⁷ Carta Educativa do Concelho de Faro 2012 – 2017, pág 59

⁸ http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=08&cod_concelho=05&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=1103&nome=&localpostal=&temCert=false

Faro apresenta, atualmente 38 estabelecimentos de ensino públicos: 5 do Pré-Escolar; 17 do 1.º Ciclo do Ensino Básico; 6 do 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico; 3 do Ensino Secundário e 7 do Ensino Superior.

A rede pública do parque escolar do concelho de Faro é constituída por 5 agrupamentos:

1. Agrupamento de Escolas de João de Deus
 - Escola Secundária João de Deus - (sede)
 - Escola E.B.2,3 de Santo António
 - Escola E.B.1 da Penha
 - Escola E.B.1 de Areal Gordo
 - Escola E.B.1 da Ferradeira
2. Agrupamento de Escolas de Tomás Cabreira
 - Escola Secundária Tomás Cabreira - (sede)
 - Escola E.B. 2, 3 Dr. Joaquim de Magalhães
 - Escola E.B.1 de S. Luís
 - Escola E.B.1 do Bom João
 - Escola E.B.1 /EBM da Ilha da Culatra
3. Agrupamento de Escolas de Pinheiro e Rosa
 - Escola Secundária Pinheiro e Rosa - (sede)
 - Escola E.B.2, 3 Dr. José Neves Júnior
 - Escola E.B. 2,3 Poeta Emiliano da Costa
 - Escola E.B.1 de Vale Carneiros
 - Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Santa Bárbara de Nexe
 - Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Conceição
 - Escola E.B.1 de Estoi
 - Escola E.B.1 e Jardim de Infância da Bordeira
4. Agrupamento de Escolas D. Afonso III
 - Escola E.B. 2, 3 D. Afonso III - (sede)
 - Escola E.B.1 do Alto Rodes
 - Escola E.B.1 e Jardim de Infância do Carmo
5. Agrupamento de Escolas de Montenegro
 - Escola E.B.1 e Jardim de Infância do Montenegro (escola sede que engloba Pré-escolar, o 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico).
 - Escola E.B.1 da Ilha do Ancão
 - Escola E.B.1 de Marchil
 - Escola E.B.1 do Patacão

1.3.1.1 Creche

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família”⁹.

As creches, apesar de não integrarem a rede pública, existem nas 6 freguesias do concelho de Faro, contando-se com 28 estabelecimentos da rede privada/solidária¹⁰.

1.3.1.2 Estabelecimento de Educação Pré-escolar

Trata-se da resposta, suportada por equipamento edificado, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

O Pré-Escolar encontra-se distribuído por 4 freguesias: São Pedro, Conceição, Montenegro e Santa Bárbara de Nexe. As freguesias da Sé e de Estoi não possuem equipamentos deste nível de ensino.

1.3.1.3 Estabelecimento de Educação 1.º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º Ciclo, a cobertura estende-se a todo o concelho. Existem 17 escolas públicas, das quais 6 se localizam na freguesia da Sé, 4 na de São Pedro, 2 na do Montenegro, 2 na da Conceição, 1 na de Estoi e 2 na de Santa Bárbara de Nexe.

1.3.1.4 Estabelecimento de Educação 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico

No concelho de Faro, existem 6 estabelecimentos da rede pública de Educação 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico, são os seguintes:

- Afonso III
- Neves Júnior
- Joaquim Magalhães
- Montenegro
- Poeta Emiliano Costa.
- Santo António

O número total de alunos inscritos no ano letivo 2011/2012 foi de 3292 e no ano letivo 2012/2013 passou para 3316, o que significa que houve um aumento (0,7%) do número total de alunos.

Na rede Privada e Cooperativa existem 2 colégios: Colégio Algarve e Colégio de Nossa Senhora do Alto.

1.3.1.5 Estabelecimento de Educação do Ensino Secundário

No que se refere ao Ensino Secundário, existem 3 estabelecimentos no concelho de Faro, todos eles localizados na sede do concelho, nomeadamente a Escola Secundária Pinheiro e Rosa, concluída em 1994, a Escola Secundária João de Deus e a Escola Secundária Tomás de Cabreira.

No ano letivo 2012/2013 é na Escola Secundária João de Deus que se regista um número superior de alunos (870), seguindo a Escola Secundária Tomás de Cabreira (866) e a Escola Secundária Pinheiro e Rosa (649).

1.3.1.6 Ensino Superior

A Universidade do Algarve foi fundada em 1979, caracteriza-se por congregar no seu seio unidades orgânicas de ensino superior universitário e de ensino superior politécnico¹¹.

⁹<http://www.cartasocial.pt/conceitos.php?img=10#cj3> – (Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa).

¹⁰http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=08&cod_concelho=05&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=1103&nome=&localpostal=&temCert=false

¹¹ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_do_Algarve

A Universidade do Algarve, encontra-se geograficamente dividida em quarto campus (Penha, Gambelas e Saúde) na cidade de Faro e um campus em Portimão, conta com 7 estabelecimentos de ensino superior, que correspondem a 3 Faculdades (Ciências e Tecnologia (FCT), Ciências Humanas e Sociais (FCHS) e Economia (FEUAlg)), 3 escolas superiores: educação e comunicação (ESEC); gestão, hotelaria e turismo (ESGHT) e saúde (ESSUAlg) e 1 instituto de engenharia (ISE)¹¹.

Conta atualmente com espaços amplos, infraestruturas e equipamentos que proporcionam excelentes condições de estudo, trabalho, investigação e socialização a uma população de cerca de 10 000 estudantes, 700 docentes e 400 funcionários ¹².

1.3.2 Saúde

O direito à saúde é em Portugal um direito constitucional e assiste a todos os cidadãos, independentemente da sua raça, género, credo, idade ou estrato social. A atribuição dos cuidados de saúde é, até aos dias de hoje, uma tarefa eminentemente pública.

Os dados mais recentes sobre indicadores de saúde para o concelho de Faro reportam-se a 2011 com referência a 2010 e 2011.

Quadro 8 - Cobertura do sistema de saúde

Região/Concelho	Hospitais	Centros de Saúde	
		Centros	Extensões
	N.º		
Algarve	8	16	65
Faro	3	1	7

Fonte: Administração Regional da Saúde do Algarve

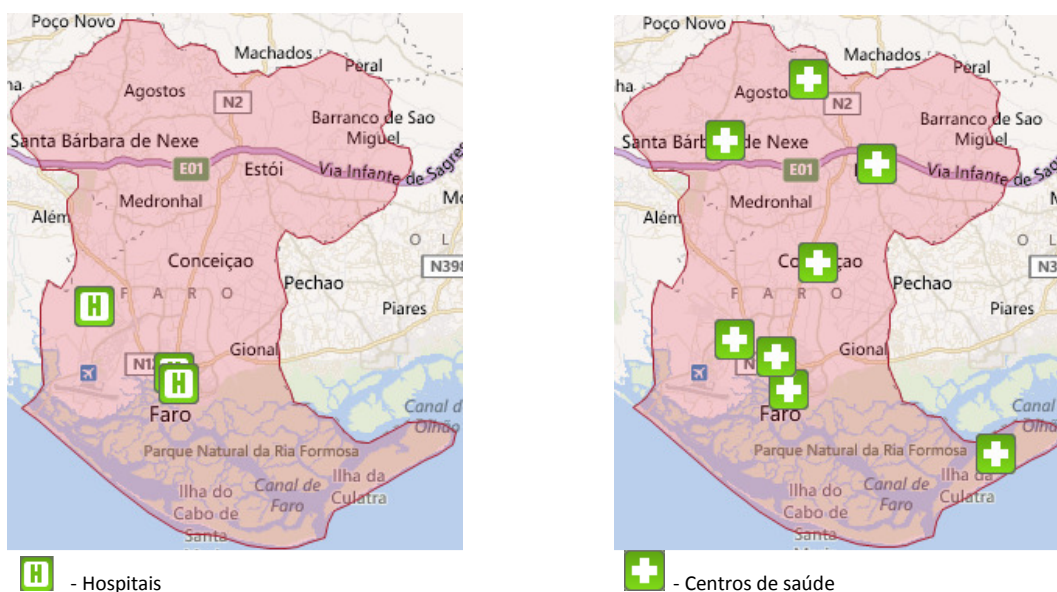
O concelho de Faro apresenta uma cobertura de 37,5% do total dos hospitais existentes na Região e de 8,3% do total de centros de saúde e extensões.

A cobertura do concelho no que concerne aos centros de saúde apresenta a seguinte estrutura: 1 sede em Faro e 7 extensões do centro de saúde distribuídas pelo território municipal (1 em Faro, 1 em Santa Bárbara de Nexe, 1 na Bordeira, 1 na Estoi, 1 na Conceição de Faro, 1 no Montenegro e 1 na Culatra).

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Algarve 2011, no ano 2011 os profissionais de saúde totalizavam 193, dos quais 60 eram médicos, 53 enfermeiros e 80 integravam-se na categoria de outros.

¹² Fonte: http://www.ualg.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=12507&Itemid=90&lang=pt

Figura 6: Mapa dos equipamentos de saúde do concelho de Faro



Fonte: Site do Município de Faro, elaborado em 12 de Abril de 2012, a partir do seguinte endereço:
http://cm-faro.pt/externalPages/mapa_concelho/default.aspx#/saude/centros-de-saude

O Hospital Central de Faro é a unidade hospitalar de referência do sotavento algarvio. Dotado de todas as valências básicas e complementares, ao nível da classificação de nível II da Carta Hospitalar, serve a população residente no concelho e na região, população que pode duplicar ou triplicar sazonalmente.

O concelho conta ainda com Hospital Privado de Santa Maria de Faro instalado num edifício antigo da cidade (da família Mateus da Silveira) requalificado e readaptado para a instalação desta unidade de saúde e com o Hospital Particular do Algarve, que se localiza em terrenos próximos do campus universitário de Gambelas e foi inaugurado em 2009. Esta unidade possui instalações modernas, bem preparadas e tecnologicamente evoluídas, que se apresentam como uma mais-valia na área da saúde, a nível regional e nacional. Também, recentemente, expandiu a sua influência geográfica, envolvendo-se num conceito de grupo para melhor servir a população que habita e visita a região do Algarve.

No que diz respeito à rede de farmácias, de acordo com a listagem da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) e também do Portal do Município de Faro, existem 18 farmácias no concelho, das quais, 12 se distribuem pela cidade e as restantes 6, pelas freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Estói, Conceição e Montenegro.

Quadro 9 - Indicadores dos equipamentos e serviços de saúde

Região/ Concelho	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Enfermeiros por 1000 habitantes	Consultas por habitante	Camas por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia	Taxas de ocupação (camas)
	N.º							%
Algarve	0,3	3,2	5,2	3,9	2,1	91,4	76,2	87,2
Faro	0,3	8,2	14,3	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

Em 2011, tal como pode ser observado no quadro anterior, o concelho de Faro registava um número de farmácias e postos farmacêuticos móveis, por cada 1.000 habitantes, semelhante ao observado na média regional, na ordem das 0,3.

No sector da saúde, Faro apresenta indicadores bastante favoráveis e acima da média regional. Em 2010, o concelho de Faro dispunha de 8,2 médicos e 14,3 enfermeiros por cada 1.000 habitantes, o que é um valor muito confortável, tendo em conta que o rácio ideal definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico por cada 1.000 habitantes.

A região Algarvia apresenta um indicador de 3,9 consultas por habitante, detendo no período em referência, 2,1 camas por cada 1.000 habitantes. No mesmo período foram efetuados 91,4 internamentos por cada 1.000 habitantes na região do Algarve, não existindo a desagregação deste indicador a nível concelhio.

O Algarve foi a região do continente com menor número de intervenções de grande e média cirurgia por dia, somente 76,2, o que representou 3% do total de cirurgias realizadas no país.

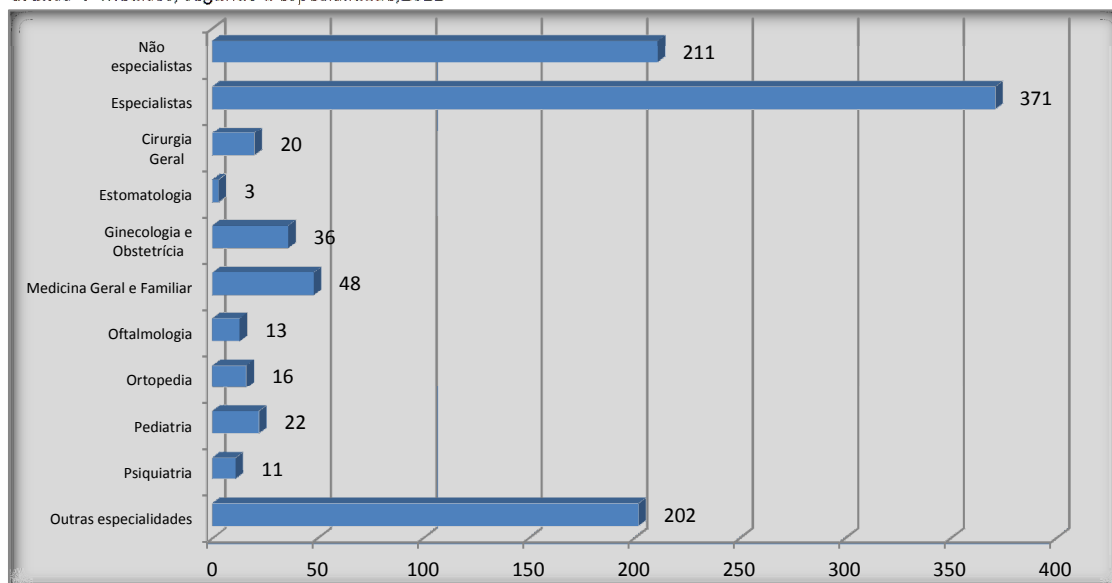
De entre as várias regiões de Portugal, o Algarve foi aquela que apresentou, em 2011, a maior taxa de ocupação de camas, na ordem dos 87,2%.

No período em análise, aumentou quer o número de farmacêuticos de oficina (de 39 para 38), quer o número de profissionais de farmácia (de 30).

O número de médicos do concelho de Faro ronda os 531 distribuídos por várias especialidades conforme se pode verificar através da leitura do gráfico seguinte:

Nota: o total de médicos não corresponde à soma dos médicos especialistas com os não especialistas porque os médicos especialistas são contados tantas vezes quantas as especialidades que exercem.

Gráfico 4- Médicos, segundo a especialidade, 2011



Fonte: Produção própria através do Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

Pela leitura do gráfico anterior verificamos que o concelho se encontra servido pelas especialidades mais relevantes, pelo que os utentes encontram resposta para a grande maioria das suas necessidades.

1.3.3 Cultura

A salvaguarda e valorização do património cultural é em Portugal uma tarefa pública, cabendo ao Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. Nestes termos, o Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais. Contexto em

que todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.¹³

Neste contexto, o concelho de Faro, no âmbito da cultura e do património arquitetónico apresenta a seguinte oferta:

Quadro 10 - Equipamentos culturais do concelho de Faro

Equipamentos Culturais	Faro	Equipamentos Culturais	Faro
Museus/centros	5	Bibliotecas/Arquivos	6
Auditórios/Salas	24	Cinemas	1
Galerias	3	Património Religiosos e cultural	28
Teatros	2	Património Arquitetónico	39

Fonte: Site do Município de Faro

1.3.4 Desportivos

Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos¹⁴.

O Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da atividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população¹⁴.

Todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.¹⁴

Neste contexto, e no quadro da transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias locais, prosseguindo os princípios constitucionais da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da equidade e da coesão social, corolário do percurso de democratização dos estados de direito, o Município de Faro, na prossecução da sua política de desporto e juventude, harmonizada com as orientações e políticas que emanam da República, tem zelado pela garantia de uma oferta adequada de programas, equipamentos e infraestruturas que propiciem uma prática desportiva saudável por parte da população residente e presente do concelho.

Da oferta existente fazem parte os equipamentos listados no quadro seguinte:

Quadro 11 - Indicadores dos equipamentos desportivos

Equipamentos Desportivos	Faro	Equipamentos Desportivos	Faro
Grandes Campos	12	Centro Náutico	1
Pista de Atletismo	5	Circuito Manutenção	1
Pequenos Campos	75	Health Club	6
Campo de Ténis	17	Mini-Golfe	1
Salas	18	Skate Parque	1
Pavilhões	10	Mini-Campo	2

¹³ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural

¹⁴ Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases de Atividade Física e do Desporto

Piscinas ao Ar Livre	4	Biossaudável	7
Piscinas cobertas	2	Campo de Padel	2

Fonte: Divisão de Desporto da CMF, 2011

No concelho de Faro foram contabilizadas as áreas dos espaços de jogos e recreio, desporto da natureza e do parque escolar nas Escolas básicas de 1º ciclo.

Ainda no âmbito do desporto há a destacar o Parque das Cidades que, indubitavelmente, constitui uma nova centralidade entre os concelhos de Faro e Loulé, na localidade de São João da Venda. Trata-se de um empreendimento de interesse público desenvolvido para enquadrar a construção do Estádio Intermunicipal Faro-Loulé, no contexto da candidatura da Federação Portuguesa de Futebol à realização do Campeonato Europeu de 2004, mas que contempla outras valências integradas num complexo que visa propiciar o desenvolvimento e bem-estar das populações, nomeadamente nas áreas do lazer, desporto, cultura, investigação, saúde e ambiente.

Assim, o concelho de Faro tem no total de 174 equipamentos desportivos, dos quais 12 grandes campos, 5 pistas de Atletismo, 75 pequenos campos, 17 campos de ténis, 18 salas, 10 pavilhões, 4 piscinas ao Ar Livre, 2 piscinas cobertas, 7 Bio - saudável, 2 campo de Padel, 1 Centro Náutico, 1 Circuito Manutenção, 6 Heatlh Club, 1 Mini - Golfe, 1 Skate Parque e 1 Mini - Campo¹⁵.

A desagregação dos equipamentos desportivos apresenta:

1.3.4.1 Centro Náutico da Praia de Faro

Trata-se de um complexo desportivo municipal vocacionado para a prática desportiva de modalidades náuticas, num contexto de formação e recreação, podendo também fomentar práticas competitivas de natureza diversa.

Pela sua localização em pleno Parque Natural da Ria Formosa constitui-se como um espaço privilegiado e único para a prática de modalidades náuticas, em perfeita sintonia com a natureza envolvente, assumindo-se como uma das principais estruturas de incentivo aos farenenses (e demais cidadãos) na sua relação com a natureza, o mar, a praia e a ria e a “vocação natural” dos portugueses para a náutica¹⁶.

1.3.4.2 Campos de futebol e pavilhões desportivos¹⁷

Nesta modalidade desportiva identificamos: o Campo de Futebol Municipal do Complexo Desportivo da Penha, Campo de Futebol Municipal da Horta da Areia, Campo de Futebol da Escola EB 2,3 Dr. José Neves Júnior¹¹.

Quanto aos pavilhões identificámos: o Pavilhão da Escola EB 2,3 Dr. José Neves Júnior, Pavilhão da Escola EB 2,3 D. Afonso III, Pavilhão da Escola EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães, Pavilhão da Escola EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa, Pavilhão da Escola Secundária de Pinheiro e Rosa.

1.3.4.3 Os Polidesportivos existem no concelho de Faro:

- Polidesportivo St.º António do Alto/Atalaia - Rua António Eanes St.º António do Alto
- Polidesportivo Bairro residencial - Praceta Prof. Fernando José Caniço

¹⁵**Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/42/no-desporto.aspx>

¹⁶**Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/65/explorar.aspx>

¹⁷ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/65/jogar.aspx>

- Polidesportivo de Estoi - Largo do cemitério Estoi
- Polidesportivo Bom João - Horta do Peres
- Polidesportivo Urbanização M.te Negro – Estrada Aeroporto/M.te Negro
- Polidesportivo Pinhal da Ria M.te Negro - Urbanização Pinhal da Ria
- Polidesportivo Patação - Urbanização Direção Regional da Agricultura
- Polidesportivo Urb. Sr.ª da Saúde 1 - Estrada Sr.ª Saúde
- Polidesportivo Bairro Hab. Sr.ª Saúde - Loteamento Sr.ª da Saúde
- Polidesportivo Vale da Amoreira - Vale da Amoreira

1.3.4.4 Biossaudável

Com o objetivo de incentivar pessoas sedentárias à prática da atividade física, tornando-as mais ativas, foi desenhado o programa: Faro Biossaudável¹⁸.

A intervenção nesta área tão importante tem um grande impacto na saúde pública, uma vez que envolve uma grande percentagem da população. Estas intervenções podem incluir, não só a consciencialização e o envolvimento dos membros da comunidade, assim como a modificação do ambiente físico.

O projeto baseia-se na ideia de que as pessoas podem realizar atividades físicas ao ar livre em equipamentos previamente fixados ao solo, de fácil manipulação e grande proximidade com o público-alvo. Os equipamentos são voltados para a promoção da saúde e melhora da qualidade de vida da população, para todas as idades.

1.3.4.5 Piscinas Municipais

As Piscinas Municipais de Faro são um complexo desportivo, inaugurado nas seguintes datas¹⁹:

- Complexo Piscinas exteriores em 28 de Julho de 1993 e - Complexo Piscinas Interiores em 7 de Outubro de 2000.

Trata-se de um complexo direcionado para a prática desportiva da natação e atividades aquáticas na área do lazer e da competição.

Na sua constituição o complexo apresenta duas áreas de utilização, uma exterior e outra interior que permitem uma utilização complementar na ótica do lazer e da competição desportiva.

As Piscinas Municipais e os seus equipamentos complementares, ginásio, sauna, turco e jacuzzi, constituem um suporte para a ocupação sadia dos tempos livres da população, para o desenvolvimento de aprendizagem e para a dinamização desportiva.

Pretende-se com a dinamização da Piscina contribuir para a melhoria da prática da Atividade Física e Desportiva do Concelho e fazer com que a população ganhe ou consolide hábitos de Atividade Física, de forma a melhorar a sua qualidade de vida.

1.3.4.6 Padel

O **Padel** é tipicamente jogado em pares num campo fechado com cerca de metade do tamanho de um campo de ténis. As bolas utilizadas e a pontuação são equivalentes ao ténis, apenas com um pouco de menos pressão, e assim a maior diferença é que o campo tem paredes ou vidro e as bolas podem ser jogadas de uma forma semelhante como no jogo de squash.

O Padel foi inventado na Argentina pelo alemão Canepa no final dos anos sessenta. É atualmente o desporto mais popular na Argentina, Espanha, México e nalguns outros países latino-americanos e agora está a começar a expandir-se rapidamente por toda a Europa e noutros continentes.

¹⁸ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço: <http://www.cm-faro.pt/menu/461/exercitar.aspx>

¹⁹ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço: <http://www.cm-faro.pt/menu/66/nadar.aspx>

O Padel é ótimo para jogadores de todas as idades e habilidades. É rápido e fácil de aprender, e é menos exigente fisicamente do que desportos similares, como o squash. A maioria dos jogadores começa a perceber o jogo nos primeiros 20 minutos, e é fácil atingir um nível para que possam apreciá-lo e divertir-se²⁰.

1.3.4.7 Circuito de Mini – golfe

Constituído por 18 pistas, integradas no Jardim da Alameda João de Deus, sendo possível alugar o material desportivo necessário para a prática da modalidade²¹.

1.3.4.8 Skate Parque de Faro

Um skate parque é uma instalação desportiva especialmente construída para desportos de deslizamento (skate, patins em linha, BMX, etc.).

O Skate Parque de Faro contém, para a prática destas modalidades, um conjunto de locais de manobra muito variado em que se incluem:

- zona de aprendizagem;
- zona de pools;
- zona de street.

Construída junto ao Pavilhão Municipal, como parte integrante do Complexo Desportivo, esta instalação tem por objetivo desenvolver a prática desta tipologia de desportos alternativos, que há muito careciam de um espaço condigno²².

1.3.4.9 Pista de Atletismo

A Pista de Atletismo constitui um equipamento desportivo, património do Concelho, tendo como finalidade o fomento e a prática desportiva na área do atletismo, que permite a realização de atividades letivas, pelas escolas, de treinos pelos clubes, e ainda, tendo como função complementar a ocupação de tempos livres e de lazer. Permite também a realização de espetáculos desportivos ao mais alto nível.²³

Oferta privada sem fins lucrativos

Existem atualmente 88 associações desportivas registadas no concelho de Faro, mas apenas cerca de 54 mantêm alguma atividade e contacto com a DDJ. Apesar da tendência de diminuição de praticantes formais verificámos um aumento do número de associações na ordem dos 30%, nos últimos 10 anos. Os clubes desportivos representam uma mais-valia social e desportiva detendo, atualmente, um universo de associados na ordem dos 31 000.

1.4 Proteção social

O sistema de proteção social visa assegurar a manutenção dos direitos básicos dos indivíduos e das famílias através da redução de riscos em situações de doença, maternidade, acidente de trabalho, doença

²⁰ **Fonte:** Site do My Center, elaborado em 12 Abril de 2012, a partir do seguinte endereço:
<http://www.mycenter.pt/pt/actividades/16/padel.htm>

²¹ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/65/jogar.aspx>

²² **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/460/deslizar.aspx>

²³ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/442/correr.aspx>

profissional, invalidez, velhice, sobrevivência, encargos familiares, desemprego, habitação, morte e exclusão social.

Quadro 12 - Valor médio anual das retribuições pagas - 2011

Região/ Concelho	Valor médio anual das pensões				Valor médio de subsídios de desemprego			Valor médio de subsídios de doença	Número médio de dias de subsídios de desemprego			Número médio de dias de subsídios de doença
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M		HM	H	M	
	€								dias			
Algarve	4 230	4222	4 887	2 483	3 138	3 413	2865	788	190	196	184	48
Faro	4 698	4 347	5 468	2 658	3751	4071	3 389	874	200	205	194	46

Fonte: INE - Anuário estatístico da região Algarve de 2011

Comparativamente com o valor médio das retribuições pagas na região do Algarve, Faro, em 2011, cotava-se como um dos municípios do Algarve com valores mais altos. O valor médio anual das pensões pagas no concelho de Faro cifrou-se nos € 4.698, bastante superior ao valor € 4.230, auferido em média na região Algarvia.

O maior diferencial absoluto das pensões pagas, entre a média regional do Algarve e o valor do concelho de Faro, ocorreu nas pensões de velhice, nas quais a diferença foi de 581€, com supremacia do concelho de Faro.

No que respeita ao subsídio de desemprego, Faro apresenta um valor médio superior à média regional algarvia na ordem dos € 613, fixando-se nos € 3.751 anuais.

Apenas nas pensões de invalidez Faro apresenta um valor médio superior à média regional, apesar de pouco significativa (125€).

Por outro lado, o número médio de dias de subsídio de desemprego é superior em Faro relativamente à média regional, ao passo que o número médio de dias de subsídio de doença é inferior em Faro em 5 dias.

Em Faro residiam, em 2011, aproximadamente 14% do total de pensionistas da região Algarve, ou seja, 15.359, dos quais 1.406 usufruíam de uma pensão de invalidez, 10.307 de uma pensão de velhice e 3.646 de pensão de sobrevivência.

Quadro 13 - Número de pensionistas - 2011

Região/Concelho	Pensionistas			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
	N.º			
Algarve	112 383	8 667	75 377	28 339
Faro	15 359	1 406	10 307	3 646

Fonte: INE - Anuário estatístico da região Algarve de 2011

2. ECONOMIA

2.1 Economia e empresas

A economia da região assenta em três sectores chave: o turismo (que integra o alojamento e a restauração), a construção civil e o comércio por grosso e retalho.

Em 2010, localizavam-se no Algarve 61.636 empresas e 18.035 sociedades. No concelho de Faro localizavam-se um total de 9.306²⁴ empresas e 2.575 sociedades, as quais representavam 5,4% do número de empresas e 5% do número de sociedades existentes no Algarve.

Quadro 14 - Indicadores de empresas em 2010

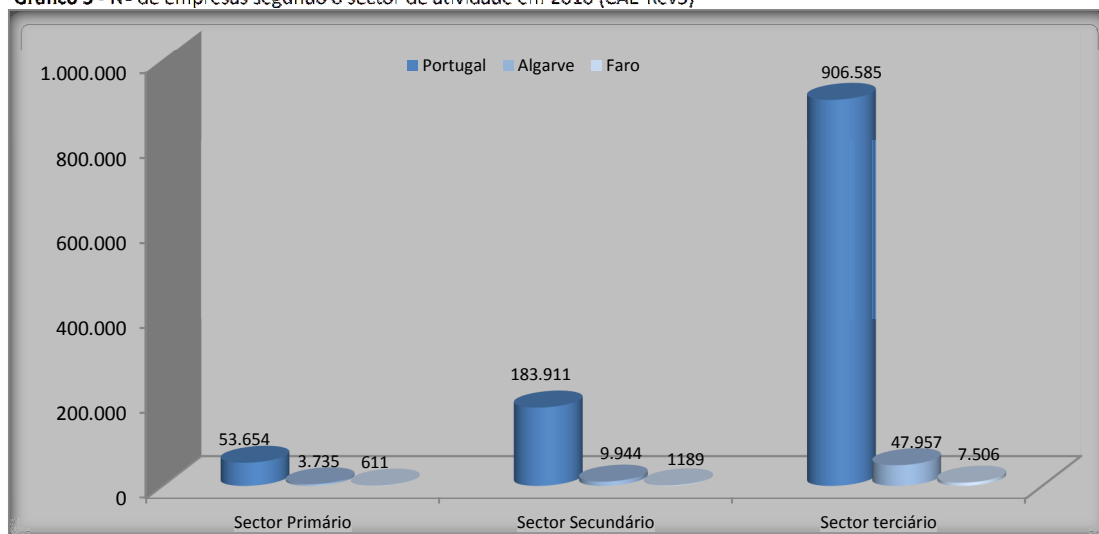
Região/Concelho	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
	N.º/km²	%			N.º	milhares de euros	%	
Portugal	12,4	68,51	99,9	95,8	3,4	311,5	5,3	4,3
Algarve	12,3	70,74	100,0	96,6	2,5	126,2	4,4	6,0
Faro	46,1	72,33	100,0	96,5	2,7	166,1	18,6	26,4

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve de 2011

Pela leitura do quadro anterior denota-se claramente, a superioridade do concelho de Faro relativamente à média da Região no que concerne à densidade de empresas, volume de negócios, concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas e concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas. O que corrobora o dinamismo económico da capital de distrito.

As empresas existentes no concelho de Faro possuem a seguinte distribuição sectorial: sector primário com 611 empresas; sector secundário com 1189 empresas e o sector terciário com 7.506 empresas. O que demonstra a inquestionável terciarização da base económica do concelho, sem dúvida relacionada com a sua vocação administrativa e a sua capitalidade em torno de funções centrais apoiadas em equipamentos e infraestruturas de âmbito regional.

Gráfico 5 - Nº de empresas segundo o sector de atividade em 2010 (CAE-Rev3)



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve de 2011

²⁴ III.3.5 - Empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2010 - Anuário estatístico da região Algarve 2011

As empresas sediadas no concelho de Faro possuem, na sua totalidade, menos de 250 trabalhadores e 96,5% possuem menos de 10 trabalhadores, apresentando uma média de 2,7 pessoas/empresa. Na sua totalidade o tecido empresarial concelhio tem ao seu serviço 24 810 pessoas, distribuídas pelos sectores de atividade da seguinte forma: 1 019 no sector primário; 4 669 no sector secundário e 19 122 no sector terciário, representando no total 16% dos trabalhadores ao serviço das empresas no Algarve. O volume de negócios da região Algarvia cifra-se em 7.779.232 milhares de euros, enquanto o volume de negócios em Faro é de 1.545.630 milhares de euros e apresentam um VAB²⁵ de 35 826 milhares de euros.

A indústria transformadora tem uma representatividade de 275 empresas, tendo ao seu serviço 964 pessoas e um volume de negócio de 37.487 milhares de euros, contribuindo para o VAB concelhio com 12 552 milhares de euros.

Os sectores agroalimentares e da aquicultura têm vindo a assumir um lugar de destaque na região, tendo uma importância relevante na medida em que estimulam a reconversão das atividades conexas da agricultura, da silvicultura e das pescas. O sector da aquicultura dispõe de condições edafoclimáticas favoráveis na região e tem vindo a expandir-se, nomeadamente nas culturas marinhas de bivalves, as quais representam cerca de 70% da produção nacional²⁶.

O sector do comércio é o que mais contribui para o VAB regional e simultaneamente aquele que gera mais emprego. Este sector tem evidenciado uma forte dinâmica na região, quer pelo número de sociedades criadas quer pelas características do próprio comércio que se tem, gradualmente, afastado do modelo do comércio tradicional, onde as estruturas de muito pequena dimensão são predominantes. De facto, têm surgido na região novas formas comerciais, com destaque para as grandes superfícies e a implantação de cadeias especializadas organizadas sob a forma de *franchising*. Apenas as empresas de maior dimensão introduzem o fator inovação nos seus processos, enquanto as de menor dimensão apostam na introdução de novos produtos.

2.1.1 Sector Primário

2.1.1.1 Agricultura

Trata-se de um sector dinâmico no concelho de Faro, competitivo e especializado na produção intensiva de produtos hortícolas e hortofrutícolas, em regime de forçagem e semiforçagem, sobretudo no sul do concelho – zona da campina – onde também se verifica uma forte pressão urbanística. Paralelamente a esta realidade, existe uma agricultura de subsistência com culturas de cereais, leguminosas, batata, olival, frutos secos e prados temporários, ocupando 2179 ha da superfície agrícola utilizável em 1999 passou para 1911 ha em 2009.

Quadro 15 – Tipo de culturas temporárias e permanentes (ha)

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície das culturas temporárias (ha)					Superfície das culturas permanentes (ha)		Total
		Tipo (culturas temporárias)					Tipo (culturas permanentes)		
		Cereais para grão	Leguminosas secas para grão	Prados temporários	Culturas forrageiras	Batata	Frutos de casca rija	Olival	
		ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
2009	Portugal	345 941	13 239	31 661	462 703	18 745	115 150	335 841	1 323 280
	Algarve	2 219	73	57	4 390	162	20 046	8 399	35 346
	Faro	35	1	-	107	12	1 281	475	1 911
1999	Portugal	602 270	25 724	37 250	542 120	50 173	80 470	335 028	1 673 035
	Algarve	8 852	817	807	6 087	660	25 258	8 791	51 272
	Faro	80	9	-	16	25	1 493	556	2 179

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

²⁵ Valor Acrescentado Bruto

²⁶ CCDR-Alg (2006) Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013

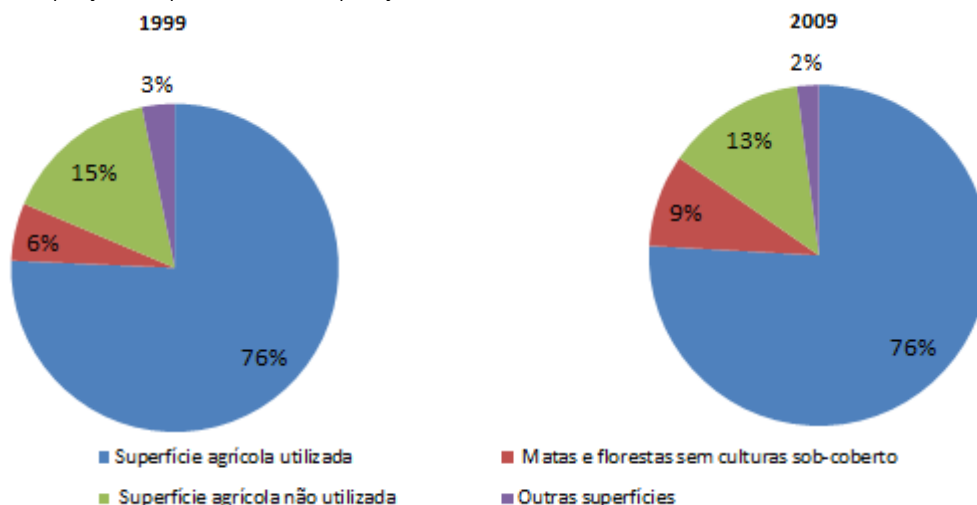
Quadro 16 – Superfície das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície das explorações agrícolas (ha)				
		Tipo de utilização das terras				
		Total	Superfície agrícola utilizada	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície agrícola não utilizada	Outras superfícies
		ha	ha	ha	ha	ha
2009	Portugal	4 709 131	3 668 145	842 208	127 691	71 087
	Algarve	165 189	88 297	46 605	28 096	2 191
	Faro	5 377	4 079	472	712	112
1999	Portugal	5 188 938	3 863 094	1 008 374	202 898	114 573
	Algarve	227 578	101 932	60 284	62 196	3 166
	Faro	6 587	4 987	375	1 013	213

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

As explorações agrícolas, com superfície total de 5 377 mil de hectares, ocupavam em 2009 cerca 27% de superfície do concelho de Faro. A SAU (superfície agrícola utilizada) representa a maior fatia dessa superfície, correspondendo a 76% da superfície total das explorações, seguida pela superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações com cerca 13%. A superfície florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo com cerca de 9% e as outras superfícies (edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc.) cerca de 2%.

Gráfico 6 - Composição da superfície total das explorações



Fonte: Produção própria, a partir os dados de Recenseamentos Agrícolas no INE

Superfície total da exploração: soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

Superfície agrícola não utilizada (SANU): superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

Outras superfícies da exploração: áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de protecção do ambiente ou de recreio.

Quadro 17 – Superfície irrigável das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras

Localização geográfica	Superfície irrigável (ha) das explorações agrícola							
	Período de referência dos dados							
	2009				1999			
	Tipo de utilização das terras							
	Total	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Total	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Portugal	540 593	322 191	157 743	60 659	791 986	-	-	-
Algarve	16 274	2 199	13 416	659	30 012	-	-	-
Faro	1 749	364	1 384	-	2 720	-	-	-

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Quadro 18 – Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada

Localização geográfica	Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada por Localização geográfica (NUTS - 2002); Decenal	
	Período de referência dos dados	
	2009	1999
	%	%
Portugal	14,74	20,50
Algarve	18,43	29,44
Faro	42,87	54,54

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Em 2009, o concelho de Faro registou 1 749 mil hectares de área potencialmente irrigável, cerca de 43% da SAU, enquanto a região Algarve está com 18,43% de SAU e o nível nacional é de 14,74%, conforme nos quadros 17 e 18.

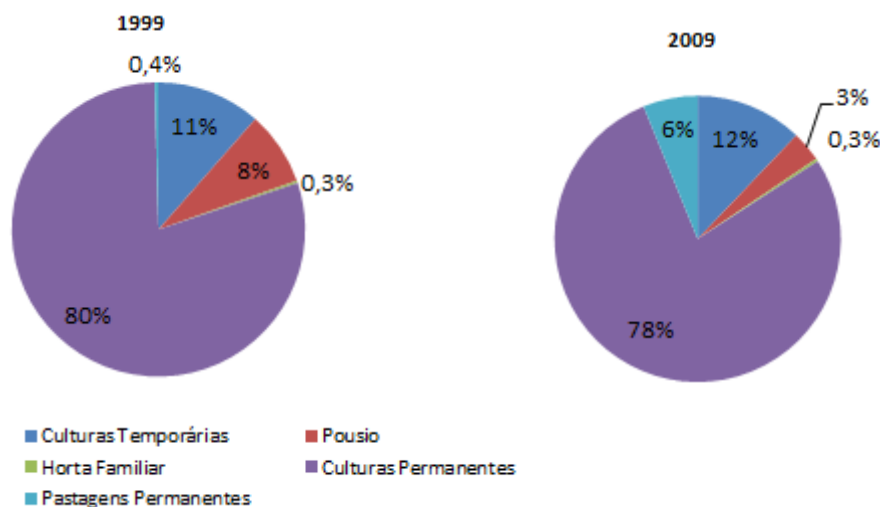
Quadro 19 – Superfície agrícola utilizada (ha), segundo a composição da superfície agrícola utilizada

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica, Composição da superfície agrícola utilizada, Decenal						
		Composição da superfície agrícola utilizada (Total)						
		Total	Terras aráveis	Culturas temporárias	Pousio	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
		ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
2009	Portugal	3 668 145	1 173 127	831 592	341 534	19 695	690 725	1 784 598
	Algarve	88 297	22 327	7 981	14 346	628	45 007	20 335
	Faro	4 079	634	494	140	13	3 181	252
1999	Portugal	3 863 094	1 740 016	1 177 299	562 717	21 606	711 628	1 389 844
	Algarve	101 932	34 090	18 831	15 259	788	56 309	10 746
	Faro	4 987	978	572	406	13	3 975	21

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Comparando os anos de 1999 e 2009, verificamos que a SAU totalizava respetivamente 4987ha e para 4079ha, registando-se um decréscimo. As culturas permanentes que ocupavam 80% da SAU decresceram 2% em 2009, correspondendo a 78% da SAU. A categoria de terras aráveis baixa de 19% para 15% da SAU, compreendendo as culturas temporárias que aumentam de 11% para 12%, o pousio que diminui de 8% para 3% e as pastagens permanentes que também aumentam de 0,4% para 6%, vide no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Composição da superfície agrícola utilizada



Fonte: Produção própria, a partir os dados de Recenseamentos Agrícolas no INE

Terras aráveis: constituídas pelas terras cultivadas destinadas à produção vegetal, pelas terras retiradas da produção, pelas terras que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e pelas terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis.

Culturas temporárias: aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos.

Pousio: áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheita durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies.

Culturas permanentes: ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

Pastagens permanentes: superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Horta familiar: é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a auto-consumo.

O valor da produção padrão total é de 16 503,80€ por exploração²⁷ e o valor da produção padrão total por hectare de superfície agrícola utilizada é de 3 948,60€.

Quadro 20 - Exploração agrícola, segundo a natureza jurídica e a forma de exploração

Unidade Territorial	Total		Natureza Jurídica				Forma de exploração da superfície agrícola utilizada					
			das quais				Total	das quais				
			Produtor singular		Sociedade			Conta própria		Arrendamento		
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
Portugal	305 266	4 709 131	297 381	3 218 332	6 776	1 221 813	303 867	3 668 145	287 010	2 641 916	33 953	824 855
Algarve	12 383	165 189	12 153	146 410	207	13 590	12 347	88 297	11 938	73 730	431	8 347
Faro	976	5 377	952	4 846	20	511	975	4 079	910	3 509	79	440

Fonte: INE - Anuário estatístico da região Algarve de 2011, agricultura de 2009

Em 2009, foram recenseadas a nível nacional de 305 266 mil explorações, na região Algarve 12 383 explorações e no concelho de Faro 976.

Especificamente no concelho de Faro no que diz às explorações agrícolas e à sua natureza, é notório que existem um maior número de produtores singulares (952), comparativamente com as sociedades (20). De igual modo é de notar um número superior de explorações por conta própria (910) relativamente ao arrendamento (79).

²⁷ Anuário estatístico da região do Algarve. 2011 - Indicadores da agricultura e floresta em 2009

Na zona do Barrocal verifica-se o quase abandono do pomar tradicional de sequeiro (alfarrobeira, amendoeira, oliveira e figueira), o que será contudo, reversível se houver apoio à reconversão de pomares. É pouco provável uma recuperação da oliveira (incapaz de concorrer com outras zonas) e da figueira que só interessará se orientada para consumo em fresco. A alfarrobeira e a amendoeira mantêm ainda bastantes potencialidades.

2.1.1.2 Floresta

No que concerne à superfície de matos e florestas, o concelho de Faro possuía 375 ha em 1999, passando para 472 ha em 2009, o que traduz o reduzido significado da produção florestal. Apesar da posição geográfica estratégica que Faro detém para o desenvolvimento económico, dada a sua ligação ao mar e ao barrocal é de notar que a produção florestal não é tão relevante como em outros concelhos do interior algarvio.

No concelho de Faro é frequente encontrar povoamentos mistos de amendoeira, figueira, oliveira e alfarrobeira. O pinhal também tem alguma expressão nas áreas costeiras do concelho, nomeadamente no Ludo que integra o Parque Natural da Ria Formosa.

2.1.1.3 Pecuária

A produção pecuária no concelho é reduzida, sendo maioritariamente para autoconsumo.

2.1.1.4 Pesca

O sector das pescas tem uma representatividade significativa a nível regional ascendendo em 2012, de acordo com dados da Docapesca²⁸, a 17% do volume de pesca do país. Porém, Faro constitui o segundo concelho da região com menor volume de pesca, tendo, no mesmo período, apresentado um volume de pescas insignificante de aproximadamente 0,005t. Tal facto deve-se, em parte, à circunstância de a maioria dos pescadores, viver na Ilha da Culatra e optar por descarregar o seu peixe no porto de Olhão. A pesca descarregada no porto de Faro representa muito menos de 1% da tonelagem total descarregada no Algarve e o seu valor económico é muito reduzido no conjunto regional.

As pescarias são, apesar de tudo, diversificadas com predominância da sardinha, cavala e carapau.

Trata-se de um sector com evidente perda de competitividade pela falta de inovação, sendo necessário modernizar as respetivas estruturas de transformação e de comercialização e melhorar os produtos da pesca na sua generalidade. Por outro lado é necessária uma maior transferência de conhecimento entre a investigação e os operacionais da pesca no que concerne à utilização dos recursos da pesca.

No concelho de Faro, destaca-se, neste sector, a pesca artesanal que abrange a maioria do total da pesca praticada, sendo que as artes mais utilizadas são os aparelhos de anzol e redes de tresmalho.

O número de pescadores inscritos na Capitania do porto de Faro ultrapassam uma centena e os novos pescadores enquadram-se, maioritariamente, na faixa dos 25 aos 29 anos. A frota de pesca é constituída por mais de 200 embarcações, predominando as embarcações de pesca local e sendo de considerar algumas embarcações de mariscagem. Os viveiros de amêijoas são uma das maiores riquezas da Ria Formosa, contando-se, no concelho de Faro, mais de duas centenas de licenças para viveiristas.

Os principais problemas que afetam o sector piscatório, em Faro, são estruturais, idênticos aos de toda a região do Algarve o que justifica a redução da rentabilidade do sector que não tem tido capacidade para atrair novos investimentos.

2.1.2 Sector Secundário

2.1.2.1 Indústria

Embora Faro possua um tecido industrial diversificado, com alguma relevância para as indústrias da madeira, químicos e plásticos, as potencialidades do sector industrial do concelho encontram-se

²⁸ DOCAPESCA, Portos e Lotas SA (2012) Relatório e Contas 2012

relacionadas com o desenvolvimento de um sector de ponta, apoiado em serviços avançados proporcionados pela Universidade do Algarve e pelo sector terciário superior da cidade que se prevê venha a consolidar-se com a implementação do Parque Tecnológico Internacional do Algarve, em Gambelas.

Destaca-se ainda a indústria extrativa, com alguma tradição no concelho, designadamente na localidade da Bordeira, na freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

2.1.3 Sector Terciário

Este sector de atividade é, como já pudemos observar, o mais importante do concelho e, sem dúvida, aquele que lhe confere o estatuto e visibilidade que possui como centro funcional polarizador a nível regional. Para tanto muito contribuem os serviços administrativos de âmbito regional, a administração desconcentrada do Estado, o hospital distrital, o aeroporto e a Universidade que se encontram sediados no concelho.

A capitalidade de Faro revela-se com grande intensidade no domínio da oferta de serviços não só públicos com também privados. Ilustrativo dessa importância é o facto de cerca de um quarto do volume de negócios gerado nestes subsectores no Algarve ter origem no concelho de Faro.

A Universidade do Algarve tem contribuído para a dinâmica económica do concelho e da Região, através da sua afirmação em termos formativos e na área da investigação, tal como o aeroporto que facilita a ligação com os principais destinos europeus.

2.1.4 Turismo

A região do Algarve dispõe de potencialidades excecionais para que o turismo se assuma como referência internacional em termos de qualidade. De facto o sector do turismo assume um papel de destaque, dispondo a região de um número significativo de hotéis, hotéis - apartamento, apartamentos e aldeamentos turísticos.

Para a atratividade do destino Algarve, para além das boas condições climatéricas naturais, muito tem contribuído a crescente afirmação da região como destino mundial de excelência para a prática de golfe.

O produto predominante assenta no binómio sol/praias, o que conduziu, durante as últimas décadas a uma massificação da procura turística pela região que desencadeou do lado da oferta uma proliferação desordenada de empreendimentos turísticos, acompanhada da inerente especulação imobiliária, concentrados na faixa litoral comprometendo o ordenamento do território e o equilíbrio dos centros urbanos e da orla costeira do Algarve. A acrescer a estes constrangimentos, o turismo algarvio confronta-se ainda com uma elevada sazonalidade na procura que, associada a outros fatores externos ao sector configuram fragilidades que poderão comprometer o seu desenvolvimento sustentável. Uma diversificação do produto oferecido, articulando o produto base com as componentes ambientais, cultural, histórica e paisagística, contribuirá para a minimização do fenómeno da sazonalidade. Quanto aos efeitos dos fatores externos a sua atenuação poderá passar por um ganho de escala, havendo já autores que defendem uma visão mais ampla para a comercialização do produto turístico nacional que contemple todo o Mercado Ibérico.

O concelho de Faro, à semelhança do que sucede com os outros concelhos cuja orla marítima coincide exclusivamente com o Parque Natural da Ria Formosa não registou um desenvolvimento turístico equiparável ao de outros concelhos da faixa litoral central do Algarve. Tal deveu-se ao facto de, por um lado o produto turístico oferecido pelo destino Algarve se ter centrado quase exclusivamente no produto sol/praias e pelo facto de nestes concelhos o acesso às praias se encontrar dificultado pela interposição da Ria Formosa. O serviço de transporte fluvial para acesso às praias só recentemente apresentou uma melhoria considerável.

Por outro lado, os próprios instrumentos de gestão territorial definem em si vocações para o desenvolvimento dos territórios sobre os quais incidem e, no caso de Faro a vocação definida não tem apostado no sector do turismo como fator de desenvolvimento concelhio, pelo menos não tanto como noutros concelhos da região, ao invés têm-lhe reconhecido uma vocação claramente, de serviços e equipamentos de nível superior, em boa parte devido ao seu tradicional estatuto de capital de distrito, mas também porque Faro integra, incontestavelmente, a rede nacional de cidades médias.

Existiam, em 2011, no concelho de Faro um total de 22 estabelecimentos hoteleiros, o que representava 5,3% da oferta total da região. Para além disso, o concelho de Faro apresentava uma capacidade de alojamento na ordem de 2.329 camas, as quais permitiram gerar um volume de dormidas totais de 276.842, o que correspondeu de 142.732 hóspedes, ou seja, 4,7% do total verificado na região.

Quadro 21- Procura e oferta turística - 2011

Unidade Territorial	Estabelecimentos Hoteleiros	Capacidade Alojamento	Dormidas	Hóspedes
Algarve	416	102.462	13.979.866	3.008.494
Faro	22	2.329	276.842	142.732

Fonte: INE - Anuário estatístico da região Algarve 2011

Quadro 22 - Indicadores do turismo

Unidade Territorial	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Dormidas em estab. Hoteleiros e similares por 100 habitantes	Taxa de ocupação - cama (bruta) Total
	N.º	h/hab.	%	N.º	%
Algarve	227,2	6,7	65,0	3.099,8	42,7
Faro	36,0	2,2	54,7	428,3	34,7

Fonte: INE - Anuário estatístico da região Algarve 2011

A análise de alguns indicadores da atividade turística no Algarve, evidenciados no quadro 17, permite constatar que o concelho de Faro apresenta uma capacidade de alojamento (com 36,0 camas por cada 1000 habitantes) bastante abaixo daquela que se verifica na região (com 227,2 camas por cada 1000 habitantes). O mesmo sucede com o indicador – dormidas por cada 100 habitantes, em que o resultado de Faro também é substancialmente inferior ao da região (428,3/100Hab para 3.099,8/100Hab)

Já no que se refere ao número de hóspedes por habitante a diferença entre Faro e o Algarve não é tão expressiva. De facto Faro apresenta um valor de 2,2 hóspedes por habitante, enquanto o Algarve apresenta 6,7 (2011). A taxa de ocupação – cama, embora superior para o Algarve apresenta um valor muito próximo para Faro, com uma diferença inferior a 8 pontos percentuais. O que nos leva a concluir que a sazonalidade não se faz sentir em Faro com a mesma intensidade do que no restante território regional, situação motivada pela presença, neste concelho, da oferta de serviços superiores, tais como o aeroporto e a universidade, entre outros.

Para além do lazer associado à permanência no destino, a região tem promovido, nos últimos tempos, a emergência de uma diversidade de novos produtos: turismo sénior, turismo de saúde ou de eventos internacionais que exploram as diversas vertentes da animação turística, turismo desportivo com evidência para as potencialidades das atividades ligadas à náutica e ao recreio.

É ainda de salientar os esforços realizados na região com vista à definição de mecanismos de certificação e definição de modelos de gestão integrados que contemplem a vertente ambiente, o que permitirá ao Algarve ganhar notoriedade e uma imagem de preocupação com as questões ambientais junto dos principais mercados emissores. A vertente da inovação é essencial para que a região ganhe quota de mercado numa das vertentes com maior potencial de crescimento na região: o golfe.

2.1.5 Construção civil

Tendo como referência os dados dos últimos dos Censos 2011 – Resultados Definitivos e Cálculos, expressos no quadro 23, observa-se que no concelho de Faro existia, em 2011, um total de 17.257 edifícios e 37.975 alojamentos, o que representa sensivelmente 8,7% do total das construções regionais.

Faro denotou uma densidade de edifícios, com valor de 85,20 edifícios/km². A freguesia do concelho de Faro que apresentou maior densidade de edifícios e com uma grande diferença relativamente às restantes é a freguesia de S. Pedro com 252,93 edifícios/km².

Quadro 23 - Dimensão do parque habitacional – 2011

País/Região/Concelho	Área/Km2 ⁽¹⁾	Edifícios	Alojamentos		Densidade	
		Total	Total	Familiares Clássicos	Edifícios (Edif/km2)	Alojamentos (Aloj/Km2)
Portugal**	92.212,0	3.544.389	5.866.152	5.859.540	38,44	63,62
Algarve**	4.996,8	198.924	378.349	377.619	39,81	75,72
Faro*	202,55	17.257	37.975	37.788	85,20	187,48
Conceição*	21,81	1.779	2.305	2.263	81,57	105,69
Estoi*	46,59	1.969	2.292	2.283	42,26	49,20
Santa Bárbara de Nexe*	38,21	2.558	2.806	2.792	66,95	73,44
Faro (São Pedro)*	13,47	3.407	8.688	8.597	252,93	644,99
Faro (Sé)*	61,28	4.894	17.459	17.434	79,86	284,91
Montenegro*	21,19	2.650	4.425	4.419	125,06	208,82

*⁽¹⁾ Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012

** Fonte: Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

Fonte: Censos 2011 – Resultados Definitivos e Cálculos

Quadro 24 - Edifícios licenciados para construção, segundo o tipo de obra - 2011

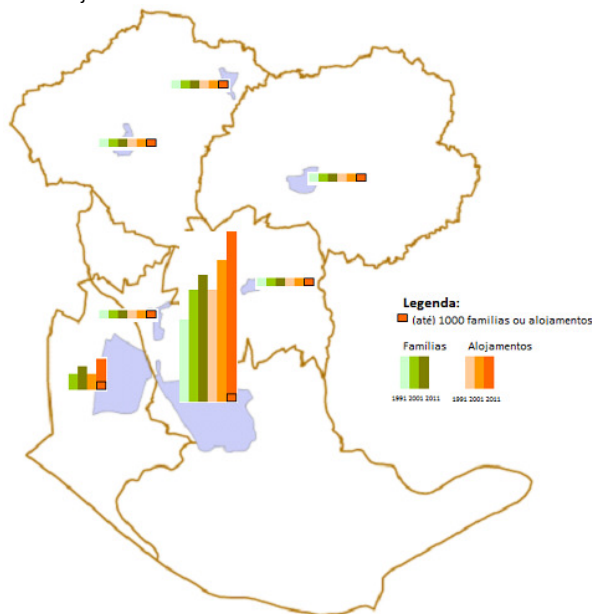
Região /Concelho	Total		Construções Novas		
	Edifícios		Edifícios		
	Total	Para habitação familiar	Total	Para habitação familiar	Fogos para habitação familiar
	Total	Para habitação familiar	Total	Para habitação familiar	Fogos para habitação familiar
Portugal	25.035	16.718	16.065	11.815	17.085
Algarve	1.177	863	583	471	1.118
Faro	123	90	40	33	90

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

Em 2011, foram emitidas 1.177 licenças de construção de edifícios no Algarve, das quais 863 se destinam a habitação familiar. Faro, no mesmo período, apresenta 123 licenças de construção, das quais 90 tinham como destino a habitação familiar, o que representa aproximadamente 10% do total de licenças emitidas em termos regionais.

Se atentarmos às licenças emitidas para construções novas para habitação familiar, o concelho de Faro registou 125 novas licenças, ou seja, 8,1% do total de licenças emitidas para a região.

Figura 7: Números das famílias e dos alojamentos no concelho de Faro em 3 momentos censitários consecutivos (1991; 2001; 2011)



Fonte: INE – Censos 1991; 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

Pela leitura da figura anterior verificamos na generalidade das freguesias que a oferta de alojamentos é bastante superior ao número de famílias, com exceção da freguesia de Santa Bárbara de Nexe, onde essa superioridade apenas se fez sentir nos últimos censos (2011).

Onde essa disparidade mais se faz sentir é na cidade de Faro, que engloba as freguesias de S. Pedro e da Sé. De facto, existe na sede do concelho um excesso de oferta de habitação comparativamente ao número de famílias, com uma diminuição dessa diferença nos censos de 2001.

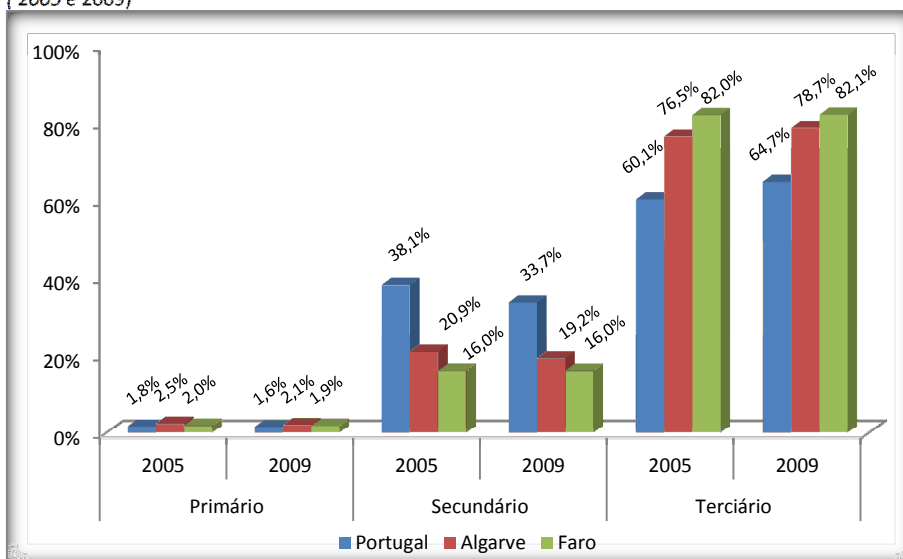
Verifica-se que no momento atual existe uma capacidade confortável para absorver um maior número de famílias residentes em todas as freguesias, com exceção da freguesia da Conceição que viu o número de famílias crescer consideravelmente nos últimos censos.

2.2 Emprego

De um modo geral, os indicadores de emprego, pela sua natureza, estão intimamente ligados aos indicadores da economia e das empresas. Assim sucede para o caso da Região do Algarve e do próprio concelho de Faro. Em 2009, acompanhando a tendência dos indicadores já tratados no ponto anterior, 82,1% da população empregada por conta de outrem estava concentrada no sector terciário; enquanto, 16% se dedicava ao sector secundário e apenas 1,9% ao primário.

No que se refere ao sector terciário, o concelho de Faro passou, relativamente à Região, de uma vantagem de 5,5% em 2005 para uma desvantagem de -6,2% em 2009, o que evidencia uma terciarização menos acentuada na criação de emprego no concelho.

Gráfico 8 - Trabalhadores por conta de outrem em serviço dos estabelecimentos do concelho por sector de atividade (2005 e 2009)

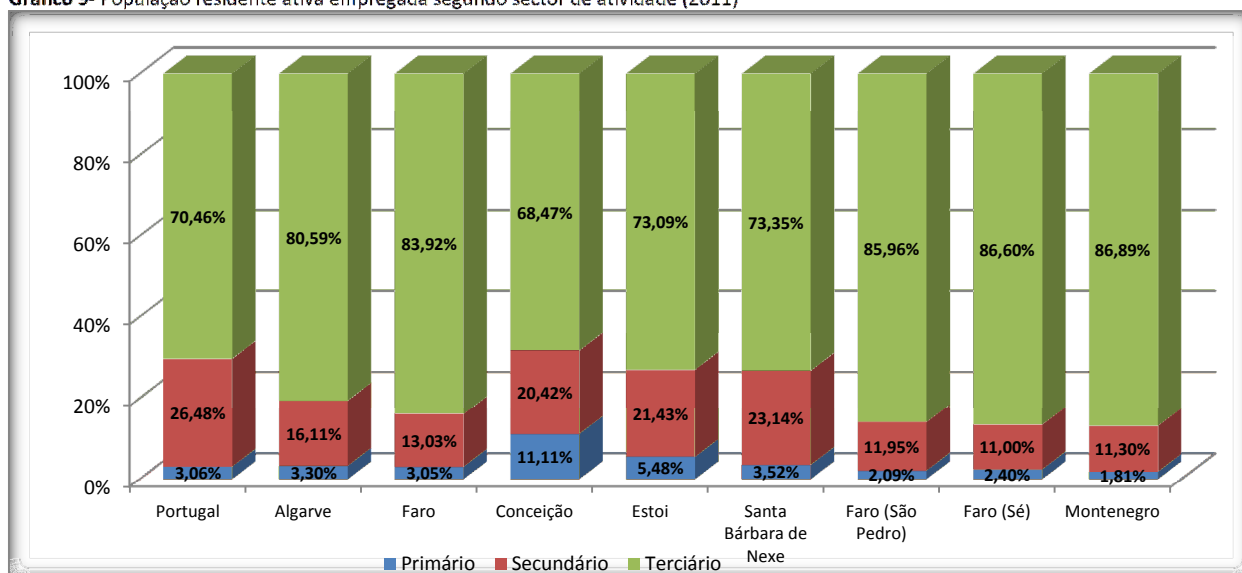


Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve 2006 e 2011

No concelho de Faro e no período comparativo em análise, registou-se um decréscimo de trabalhadores por conta de outrem no sector primário (-0,1%), sendo que no secundário se mantém a percentagem anterior. Pelo contrário no sector terciário verificou-se um aumento de 0,1%, apesar do concelho de Faro ter perdido a vantagem em 2009.

Embora no sector terciário tenham adquirido importância atividades diferenciadas, fruto da centralidade dos serviços localizados no concelho, o sector produtivo em Faro encontra-se claramente fragilizado e revela possuir uma importância diminuta na criação de emprego, apresentando valores inferiores ao da média regional. Apenas as freguesias do interior do concelho (Conceição, Estoi e Santa Bárbara de Nexe) apresentam maior equilíbrio entre os sectores produtivos e o terciário.

Gráfico 9- População residente ativa empregada segundo sector de atividade (2011)



Fonte: Censos 2011 (Resultados definitivos)

Em 2011, 83,92% da população ativa residente no concelho encontrava-se empregada no sector terciário, valor ligeiramente superior ao verificado na região do Algarve (80,59%) e Portugal (70,46%). Em seguida, o sector secundário e primário têm pouca expressividade na economia do concelho, 13,03% e 3,05%, respetivamente. Ao nível regional e nacional, o sector secundário representa 16,11%, 26,48% da população

ativa empregada e o primário 3,30%, 3,06%, perfazendo valores ligeiramente superiores aos do concelho de Faro.

Ao nível do concelho, são as freguesias urbanas que apresentam uma dinâmica de terciarização mais acentuada. As freguesias da Sé, São Pedro e Montenegro tinham mais de 85% da população ativa empregada no sector terciário. O sector secundário é mais representativo nas freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Estoi e Conceição, freguesias fora do perímetro urbano, 23,14%, 21,43% e 20,42% respetivamente.

O peso do sector primário é residual, em termos de empregabilidade, na economia do concelho, sobretudo, nas freguesias mais urbanas. Apenas na freguesia da Conceição, o sector primário ultrapassa a barreira de um dígito percentual, com 11,11% da sua população residente empregada neste sector de atividade.

Quadro 25 - Taxa de desemprego geral por unidade geográfica, de 1991, 2001 e 2011

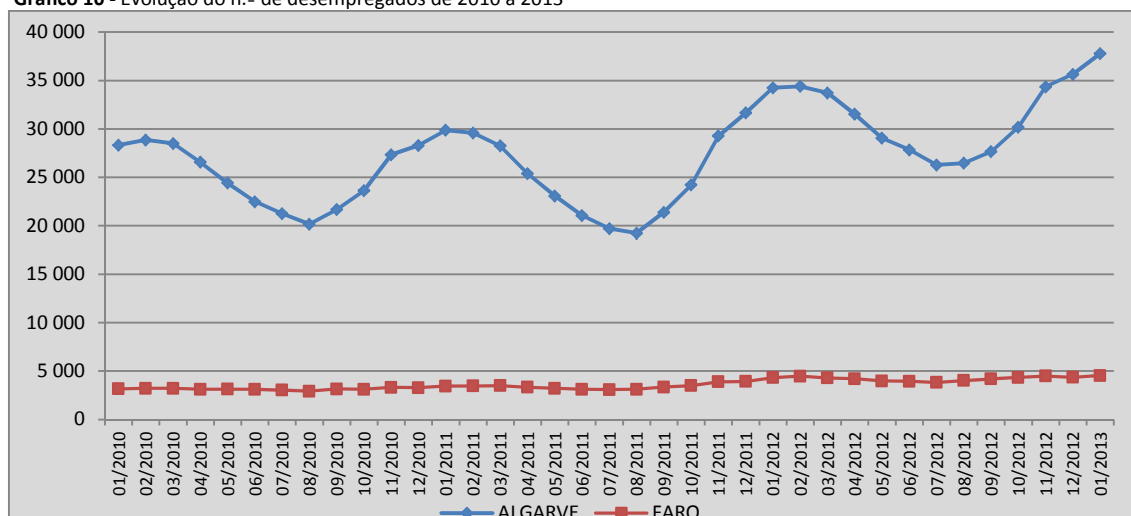
Unidade territorial	1991	2001	2011	Varição 91-01	Varição 01-11
Algarve	5,1%	6,2%	15,74%	1,1%	9,5%
Faro (Concelho)	4,7%	5,6%	13,24%	0,9%	7,6%
Conceição	2,6%	5,9%	15,22%	3,3%	9,3%
Estoi	4,1%	4,8%	12,23%	0,7%	7,4%
Santa Bárbara de Nexe	9,3%	4,6%	16,35%	-4,7%	11,8%
São Pedro	3,9%	5,5%	13,24%	1,3%	7,7%
Sé	5,0%	5,9%	13,47%	0,9%	7,6%
Montenegro	-	5,40%	10,67%	-	5,3%

Fonte: INE - Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados definitivos)

Em 1991, 2001 e em 2011, o concelho de Faro apresentou uma taxa de desemprego de 4,7%, 5,6% e 13,24% respetivamente, valores inferiores ao da região. No período intercensitário em análise, a taxa de desemprego no concelho teve um acréscimo de 0,9% (91-01) e 7,6% (01-11) variações inferiores à média regional.

Regra geral, a tendência foi, igualmente, para o aumento da taxa de desemprego geral em todas as freguesias, de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011. A exceção verificou-se na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, onde, no período de 91-01, se verificou um decréscimo de 4,7%, mas, no período de 01-11, verificou-se, nesta freguesia, um acréscimo do desemprego de 11,8%, superior ao aumento verificado em outras freguesias do concelho de Faro. Contudo, esta freguesia é muito vulnerável a pequenas flutuações, tanto no emprego como no desemprego e é onde se regista, igualmente, a mais baixa taxa de atividade do concelho.

Gráfico 10 - Evolução do n.º de desempregados de 2010 a 2013



Fonte: IEFP, mercado de emprego, concelhos: estatísticas mensais 2010 a 2013

Não obstante, e de uma forma genérica podemos verificar pela leitura do gráfico 10, relativo à evolução do número de desempregados registados no período de 2010 a 2013, que o emprego no concelho de Faro apresenta uma estabilidade bastante considerável apesar do desemprego ter vindo a aumentar ligeiramente nos últimos anos.

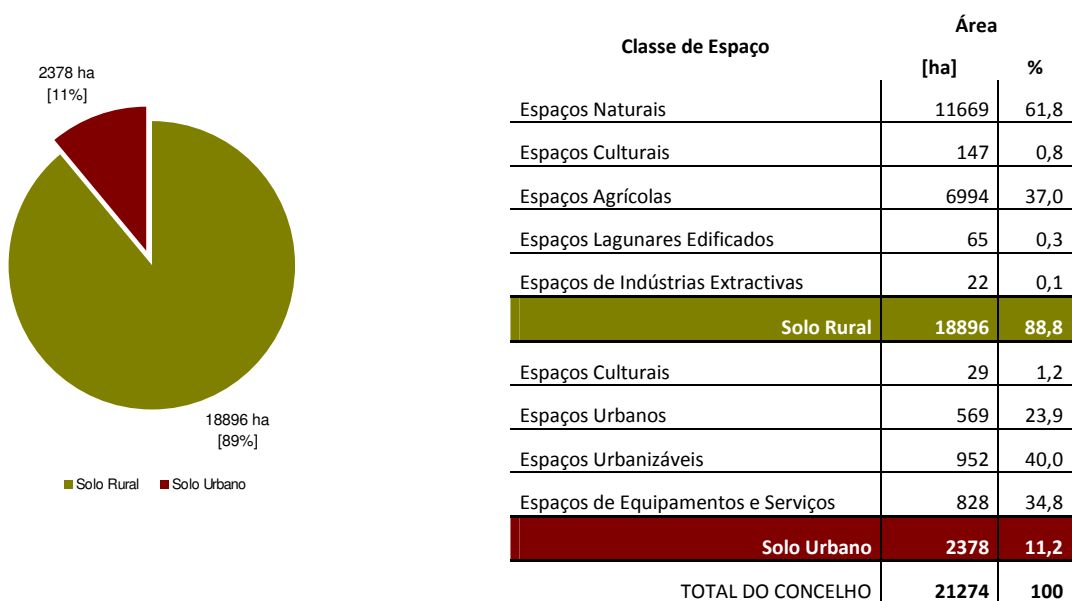
Por outro lado, na Região do Algarve o desemprego desce substancialmente no período do verão, atingindo os picos elevados no início de cada ano civil, o que denota a forte dependência do emprego em relação ao sector do turismo. Em contrário, a estabilidade deste indicador verificada em Faro revela a sua fraca dependência do turismo e, por conseguinte, do efeito da sazonalidade que lhe está associado.

3. AMBIENTE E TERRITÓRIO

3.1 Usos do solo

O concelho de Faro possui o seu PDM ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 174/95, de 19/12. Apesar de ter sofrido diversas alterações, mantém, grosso modo, a classificação do uso do solo inicial, excetuando-se duas situações pontuais: a área abrangida pelo PP do Parque das Cidades e a reclassificação e requalificação do solo, no sítio dos Braciais, para implementação de um programa de realojamento.

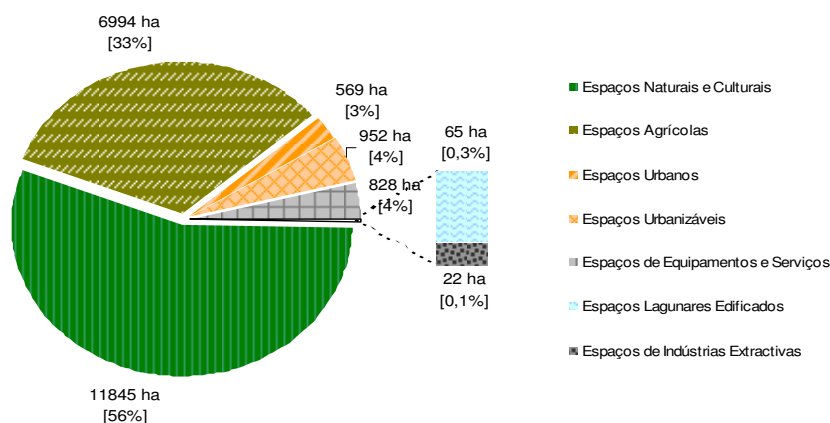
Gráfico 11 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua classificação (solos rural e urbano)



Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008.

No respeitante ao regime de uso de solo, segundo a sua classificação, pode-se constatar que 11%, perfazendo 2.338 hectares (ha), correspondem a áreas integradas em solo urbano, enquanto a grande maioria do território concelhio está afeto, predominantemente, a solo rural, cerca de 89% (18.896 ha). O somatório de ambas as superfícies perfaz a área total do concelho, 213 km² (medição da autarquia), valor ligeiramente superior aos 202,55 km² tidos como área oficial do concelho de Faro.

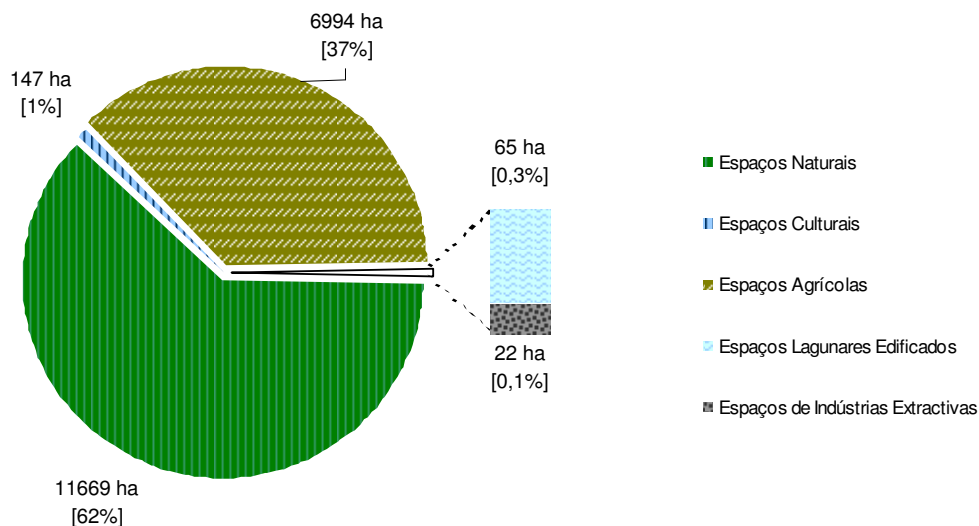
Gráfico 12 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais e culturais, agrícolas, urbanos, urbanizáveis, de equipamentos e serviços, lagunares edificados e de indústrias extractivas)



Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008.

No que se refere à qualificação do solo, denota-se que predominam os Espaços Naturais e Culturais (56%), onde se destaca o Parque Natural da Ria Formosa, e os Espaços Agrícolas (33%). Os Espaços Urbanos e Urbanizáveis abrangem, no conjunto, 7% e os espaços destinados à instalação de Equipamentos e Serviços cerca de 4% do território concelhio. Os Espaços Lagunares Edificados e de Indústrias Extrativas têm áreas relativamente reduzidas

Gráfico 13 - Regime de uso do solo rural no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais, culturais, agrícolas, lagunares edificados e de indústrias extrativas)



Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in “ Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008

A classificação do solo rural compreende as seguintes categorias, integra-se maioritariamente em Espaços Naturais (62%) e em Espaços Agrícolas (37%). Só estas duas categorias detêm cerca de 99%, ou seja, 18 663 ha dos 18 896 ha de superfície de solo classificado como rural no Plano Diretor Municipal de Faro. As restantes áreas (234 ha) estão integradas nas categorias de Espaços Culturais (cerca de 1%), onde se destacam o Parque Ribeirinho de Faro e a Área Cultural do Milreu/Estoi, de Espaços Lagunares Edificados (0,3%) e de Espaços de Indústrias Extrativas (0,1%).

Considerando que os principais aglomerados urbanos do concelho que têm vindo a ser tratados (Faro, Montenegro, Patação, Conceição, Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Bordeira) foram integrados no PDM de Faro na categoria de espaços urbanos estruturantes, correspondendo a malhas urbanas existentes com ocupação edificada consistente, que dispunham de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos e de serviços que evidenciavam o seu grau de consolidação, podemos afirmar com segurança que se tratava de áreas urbanas consolidadas já à altura da entrada em vigor do PDM de 1995. A tais espaços urbanos consolidados foram atribuídos espaços urbanizáveis de expansão que com base na fundamentação do próprio PDM consubstanciavam a capacidade de crescimento de cada um destes aglomerados e que, na sua totalidade perfaziam 619,5 ha, conforme indicam os dados recolhidos no REOT-Faro²⁹. Do total da área dos espaços urbanizáveis de expansão apenas foram ocupados, em mais de 15 anos de vigência do PDM de 1995, cerca de 304,1 ha, o que equivale a menos de 50% dessa área e corrobora a ideia generalizada de que os perímetros urbanos foram sobredimensionados nos PDM de primeira geração, pelo que não se justificará, à partida, o aumento dos perímetros urbanos, no horizonte temporal do presente plano estratégico.

²⁹ Câmara Municipal de Faro, Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Determinação do Âmbito da Avaliação Estratégica (AAE) e do Alcance e Nível de Pormenorização da Informação a Introduzir no Relatório Ambiental (RA), dezembro 2011

Por outro lado, como já vimos pela leitura da figura nº 7 o número de alojamentos no concelho de Faro é bastante superior ao número de famílias clássicas, em especial na cidade de Faro, onde se verificou a maior percentagem de ocupação de solo urbanizável de expansão, aproximadamente 60%. Apesar de também se ter verificado um aumento significativo no número de residentes, tal aumento é bastante inferior ao do número de fogos registados.

Ainda de acordo com a informação disponibilizada pelo REOT-Faro estão ainda disponíveis dentro dos perímetros urbanos traçados no PDM de 1995 as áreas para ocupação urbana identificadas no quadro seguinte.

Quadro 26 – Áreas urbanizáveis de expansão disponíveis nos aglomerados urbanos estruturantes do concelho de Faro

Nome Aglomerado	PDM						SITUAÇÃO ATUAL							
	Espaço Urbano		Espaço Urbanizável		Total Per. Urbanos		Espaço Urbano				Espaço Urbanizável			
							Ocupado		Não Ocupado		Ocupado		Não Ocupado	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Cidade de Faro	337,234	60%	229,004	40%	566,238	100%	332,532	99%	4,702	1%	136,424	60%	92,580	40%
Montenegro/Gambelas	79,106	22%	287,329	78%	366,435	100%	68,805	87%	10,301	13%	140,604	49%	146,725	51%
Estoi	26,140	41%	38,038	59%	64,178	100%	20,111	77%	6,029	23%	6,517	17%	31,521	83%
Santa Bárbara de Nexe	9,155	24%	29,722	76%	38,877	100%	4,501	49%	4,654	51%	10,485	35%	19,237	65%
Conceição	10,857	42%	15,159	58%	26,016	100%	6,194	57%	4,663	43%	3,034	20%	12,125	80%
Patação	14,945	52%	13,594	48%	28,539	100%	12,286	82%	2,659	18%	5,523	41%	8,071	59%
Bordeira	24,265	79%	6,622	21%	30,887	100%	8,695	36%	15,570	64%	1,551	23%	5,071	77%
Total	501,7	45%	619,5	55%	1.121,2	100%	453,1	90%	48,6	10%	304,1	49%	315,3	51%

Fonte: Câmara Municipal de Faro – REOT-Faro (dezembro 2011)

Os espaços culturais integrados nos espaços urbanos consolidados correspondem, na sua maioria, aos núcleos históricos de Faro, onde se tem vindo a desenvolver um importante trabalho no âmbito da reabilitação urbana, designadamente, na preparação dos instrumentos que permitirão, tando à autarquia como aos privados enquadrar legal e financeiramente as operações que se espera trarão uma nova vida ao Centro Histórico de Faro.

Neste sentido, encontram-se já aprovadas três Áreas Reabilitação Urbana para a cidade de Faro: A Vila Adentro (abrangendo 8,2 ha e 178 edifícios); O Bairro Ribeirinho (abrangendo 8,15 ha e 456 edifícios) e a Mouraria (abrangendo 12 ha e 370 edifícios). Relembremos que Faro possui 22 imóveis classificados, dos quais 3 são monumentos nacionais, 16 imóveis de interesse público e 3 imóveis de interesse municipal, para além de 11 imóveis em vias de classificação. A maioria destes imóveis localiza-se dentro dos perímetros das Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas, o que aumenta o valor patrimonial associado.

3.2 Saneamento básico e abastecimento de água

O concelho de Faro integra-se no sistema intermunicipal de abastecimento de água ao sotavento algarvio (ASA) gerido pela empresa Águas do Algarve S.A. Trata-se de um sistema de adução em alta, ou seja, apenas distribui a água aos concelhos, conduzindo-a até aos pontos de entrega, a partir dos quais a responsabilidade pela distribuição domiciliária fica a cargo dos Municípios.

Com uma extensão de 700 km, a rede de distribuição de água é explorada, no concelho de Faro, pela empresa FAGAR - Gestão de Águas e Resíduos, E.M., assegurando em 2012, uma taxa de cobertura concelhia cerca de 88%³⁰.

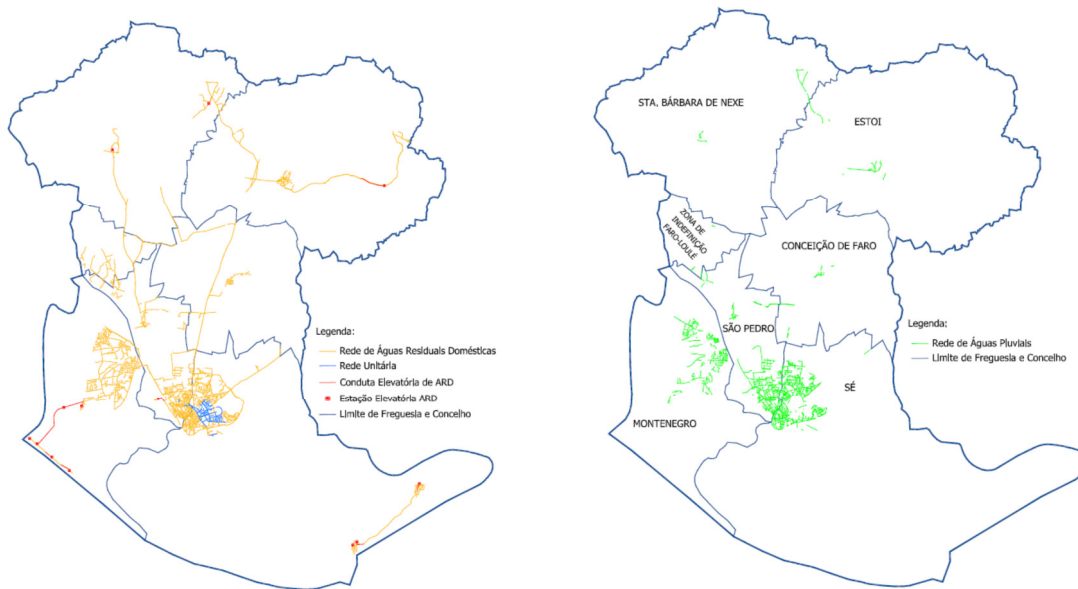
O sistema de abastecimento possui uma capacidade de reserva de 26.750 m³ e é distribuído por 14 reservatórios: Alto Rodes, Alto de Sto. António, Montenegro, Estoi, Pé de Outeiro "Conceição de Faro", Laranjeira "Sta. Bárbara de Nexe", Azinheiro, Praia de Faro, Pão Branco "Galvana", Falfosa, R1 "Guelhin", R2 "Bordeira", R3 "Bordeira", Culatra.

³⁰ http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31

Com aproximadamente 35.000 clientes que consumiram 4.499.502 m³ de água no território concelhio (valores de dezembro de 2012), a empresa FAGAR - Gestão e Resíduos, EM, tem conseguido acompanhar a evolução do crescimento da população.

Com uma extensão de 313 km, a rede de recolha de águas residuais e pluviais é explorada no concelho de Faro, pela empresa FAGAR - Gestão de Águas e Resíduos, EM, servindo mais de 32.000 clientes e uma taxa de cobertura no concelho de 83%.

Figura 8 - Mapa de rede de águas residuais domésticas e de águas pluviais



Fonte: site da Fagar http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31

Em 2009, 92% da população do concelho de Faro encontrava-se servida por sistemas de abastecimento de água, 88% beneficiava de sistemas de drenagem de águas residuais e 84% estava abrangida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), valores abaixo dos registados na média da região do Algarve (quadro 22).

No que se refere ao reaproveitamento das águas residuais, em 2009, o concelho de Faro era aquele que registava o menor consumo de água residual e dos serviços por habitante, com um valor de 71 m³/hab. quando o Algarve, apresentava o valor de 140 m³/hab.

Quadro 27 - Indicadores de Ambiente, 2009

Unidade Territorial	População servida por			Consumo de água residual e dos serviços por habitante
	Sistemas públicos de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	
Região	%	%	%	m ³ /hab.
Algarve	98	88	84	140
Faro	92	83	83	71

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

Tal como é evidenciado no quadro 28, o concelho de Faro despendeu, no ano de 2010, um total de 1.081 milhares de euros em despesas com o ambiente, enquanto câmaras municipais da região do Algarve no seu conjunto despenderam 34.342 milhares de euros, dos quais 26.350 milhares de euros se destinaram à gestão de resíduos e 6.938 milhares de euros à proteção da biodiversidade e da paisagem.

Em média, cada habitante do concelho de Faro produziu 615 kg de resíduos urbanos contra 839 kg/hab., correspondentes à média da região do Algarve. Aproximadamente 20% dos resíduos urbanos eram recolhidos seletivamente em Faro em 2011 e na Região do Algarve 26% do volume global de resíduos urbanos.

Quadro 28 - Indicadores de Ambiente, 2010 e 2011

Unidade Territorial	Receitas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Resíduos urbanos por habitante	Proporção de resíduos recolhidos seletivamente
Região	1.000 €	1.000 €	Kg	%
Algarve	13.473	34.342	839	26
Faro	21	1.081	615	20

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve 2011

3.3 Estrutura verde e qualidade do ar

No âmbito do Ambiente há a considerar diversas temáticas, sendo que, ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água, verificamos que Faro apresenta valores inferiores à média da região, motivo pelo qual haverá que fazer um esforço adicional para colocar o concelho ao nível da média regional se não numa posição superior, tratando-se da capital de distrito e a principal porta de entrada para a região. De facto, 92%³¹ da população do concelho encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, contra 98% da população regional. No que concerne à cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais, verifica-se no concelho de Faro uma cobertura de 83% da população contra 88% a nível regional. Estes valores irão no entanto melhorar de forma significativa em breve, graças aos fortes investimentos dos últimos anos para a realização das redes ainda em falta nas zonas rurais.

No que se refere à estrutura verde concelhia, contamos com uma estrutura verde principal aproximada de 45ha e de uma estrutura verde secundária com cerca de 39ha, encontrando-se afetos ao espaço verde público 18,4ha. Aos valores aduzidos correspondem capitações de 12 m² de estrutura verde principal/habitante e de 9 m² de estrutura verde secundária/habitante.

No domínio da energia, verificamos que os consumos³², por vetor energético, no concelho de Faro se repartem maioritariamente em quatro vetores: a eletricidade (32% do consumo global de energia), que assume a liderança; seguida de muito próximo pelo gasóleo rodoviário (31%); pela gasolina e gás auto (16%) e por fim o gás propano e butano (11% e 7% respetivamente). Donde se retira que cerca de 48% do consumo energético do concelho advém das necessidades de mobilidade rodoviária, o que, decididamente, é excessivo para um futuro, que se pretende mais verde e amigo do ambiente.

Já no que respeita aos sectores de atividade, verifica-se que o sector doméstico assume a liderança (com 35% do consumo concelhio de energia); seguido do sector dos serviços (com 34%); da iluminação de edifícios públicos (12%) e do turismo (7%), para falar apenas dos mais representativos.

Podemos ainda referir que a temperatura média anual ronda o 19º e que Faro desfrutou em 2011 de 294 dias sem precipitação (resultados provisórios).

3.3.1 Espaços verdes urbanos (Estrutura verde)

Esta estrutura deverá ser constituída por duas subestruturas, para as quais se apontam as seguintes dimensões: estrutura verde principal – 12m²/habitante e estrutura verde secundária – 9m²/habitante.

A estrutura verde principal engloba os espaços verdes localizados nas áreas de maior interesse ecológico ou nas zonas mais importantes para o funcionamento dos sistemas naturais (vegetação, circulação hídrica e climática, património paisagístico, etc.). Com esta estrutura pretende-se assegurar a ligação da paisagem envolvente ao centro da cidade e o enquadramento das redes de circulação viária e pedonal, por integração dos espaços que constituem os equipamentos coletivos verdes de maior dimensão e de conceção mais naturalista.

Há ainda, a considerar as zonas ameaçadas pelas cheias; laguna; faixa de proteção de 10m da rede hidrográfica; matas e conjuntos de árvores com significado em espaços naturais, que possuem uma importante função ecológica sobre os principais aglomerados urbanos do concelho.

³¹ INE – Anuário estatístico da região do Algarve 2011

³² AREAL (2012) Plano de Ação para a Energia Sustentável

A estrutura verde secundária penetra nas zonas edificadas, apresentando portanto um carácter mais urbano, e modificando-se ao longo do seu percurso, para constituir ora um espaço de jogo e recreio, ora uma praça arborizada, ora um separador entre trânsito e peões.

Na cidade de Faro existem alguns jardins e espaços verdes como o Jardim Manuel Bívar, o Jardim da Alameda João de Deus, a Mata do liceu, que, para além das funções ecológicas, apresentam importantíssimas funções de recreação, lazer e desportivas fundamentais para o bem-estar físico e psicológico da população.

Jardim Manuel Bívar, atualmente com algumas espécies arbóreas, localiza-se no coração da cidade e é o espaço onde no verão decorrem algumas feiras e outras manifestações culturais.

O maior espaço ajardinado da cidade é o Jardim da Alameda João de Deus. Neste espaço podem ser apreciadas diferentes espécies vegetais, nomeadamente algumas árvores centenárias e animais. No Jardim existe ainda uma pequena cascata, um lago e pode-se usufruir de vários equipamentos lúdicos, minigolfe, parque infantil, polidesportivo e parque geriátrico. Destaca-se a fachada do antigo matadouro, um bom exemplar do revivalismo neoárabe, que está inserida neste jardim e que serve de acesso à Biblioteca Municipal de Faro adjacente ao Jardim da Alameda.

A Mata do Liceu situada junto ao Liceu, é um local de lazer com Parque Infantil, zona de piqueniques, pista de manutenção e muita sombra.

Os Espaços Verdes, do concelho de Faro apresentam uma extensão de cerca de 46 hectares de área permeável com um rácio de 0,7 Jardineiro por cada hectare (informação disponível no site da FAGAR).

3.3.2 Qualidade de Ar

No que se refere ao Índice de Qualidade do Ar, calculado em função do número de dias com leitura por ano, este apresenta-se dividido em cinco categorias de qualidade que vão de “muito bom” a “mau” conforme se depreende da leitura do quadro seguinte.

Constata-se que entre 2006 e 2007, predominou a classe “bom”, tendo-se verificado a partir de 2010 um decréscimo acentuado das classes de “bom”, “médio”, “fraco”, o que certamente se prende com a redução dos meios para levantamento de dados.

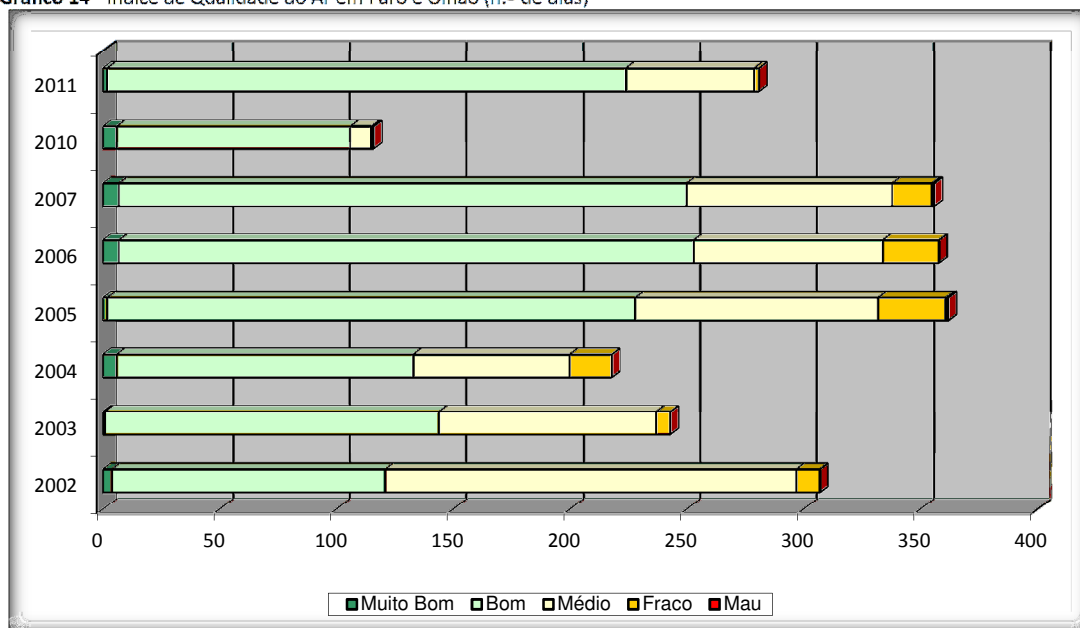
Os dados a partir dos quais o IQAr (índice de qualidade do ar) de forma simples a qualidade do ar no concelho de Faro e é calculado são os valores horários dos poluentes NO² (dióxido de azoto), SO² (Dióxido de enxofre) e O³ (ozono), o valor médio de oito horas consecutivas do CO e ainda o valor médio diário das PM¹⁰.

Quadro 29 – Índice de Qualidade do Ar - IQAr

Aglomeracão Faro/Olhão	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	Total Dias
2001	2	1	26	3	0	32
2002	4	117	176	10	0	307
2003	1	143	93	6	0	243
2004	6	127	67	18	0	218
2005	2	226	104	29	1	362
2006	7	246	81	24	0	358
2007	7	243	88	17	1	356
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	6	100	9	1	0	116
2011	2	222	55	2	0	281

Fonte: Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) - Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
(a) Aglomeração; * Informação não validada

Gráfico 14 - Índice de Qualidade do Ar em Faro e Olhão (n.º de dias)



Fonte: Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) - Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

(a) Aglomeração; * Informação não validada

Em 2011, e à semelhança do verificado em anos anteriores, a categoria predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQAr) foi “Bom”. A Aglomeração Faro/Olhão apresentou uma trajetória acentuada descendente na percentagem de dias inferiores a “Bom” desde o início da série até 2007. Em 2008 e 2009, essas leituras foram interrompidas. Em geral, na Aglomeração em análise, no ano de 2011, verificou-se uma percentagem menor de dias com resultados inferiores a “Bom” em relação aos anos 2006 e 2007.

"O índice de qualidade do ar é uma ferramenta que permite:

- uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Este índice foi desenvolvido para poder traduzir a qualidade do ar, especialmente das aglomerações existentes no país, mas também de algumas áreas industriais e cidades;
- um fácil acesso do público à informação sobre qualidade do ar, através da consulta direta ou através dos órgãos de comunicação social;
- dar resposta às obrigações legais"³³.

Uma Aglomeração é uma zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50.000, sendo a densidade populacional superior a 500 hab./km²³⁴.

Uma Zona é uma área geográfica de características homogêneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional³⁵.

Âmbito geográfico: Faro/Olhão.

Quanto à metodologia de cálculo do IDS, Fórmula de cálculo e periodicidade, podemos referir que "O Índice de Qualidade do Ar (IQAr)" de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com a concentração mais elevada os responsáveis pelo IQAr.

Diariamente, este índice é disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente, com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a partir de valores médios de concentração dos seguintes poluentes³⁶:

³³ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

³⁴ Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho

³⁵ Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho

- Dióxido de azoto (NO^2) – médias horárias
- Dióxido de enxofre (SO^2) – médias horárias
- Ozono (O^3) – médias horárias
- Monóxido de carbono (CO) – médias de 8 horas consecutivas

"O índice varia de Muito Bom a Mau para cada poluente (...). É também possível consultar como variam os intervalos de classificação do índice para os anos compreendidos entre 2001 e 2010 (ano em que ficam inalteráveis os valores-limite, dado que já não haverá para os poluentes em causa qualquer margem de tolerância)"³⁷.

"Independentemente de quaisquer fatores de sinergia entre diferentes poluentes, o grau de degradação da qualidade do ar estará mais dependente da pior classificação verificada entre os diferentes poluentes considerados, pelo que o IQAr será definido a partir do poluente que apresentar pior classificação"³⁸.

³⁶ Partículas inaláveis (PM10) - média diária" (Fonte: APA)

³⁷ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

³⁸ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Fontes Bibliográficas

- INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 1991, 2001 e 2011 – Resultados Definitivos
- INE – Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2000, 2006 e 2011
- INE – Instituto Nacional de Estatística, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2009
- INE – Recenseamentos agrícolas 1999 e 2009
- Docapesca, Portos e Lotas SA (2012) Relatório e Contas 2012
- Carta Educativa do Concelho de Faro 2012 – 2017
- Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008, adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12
- Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Determinação do Âmbito da Avaliação Estratégica (AAE) e do Alcance e Nível de Pormenorização da Informação a Introduzir no Relatório Ambiental (RA), dezembro 2011
- Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012
- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Sids Portugal, 2010
- Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho
- Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural
- Site do Município de Faro – www.cm-faro.pt
- Site do INE (Instituto Nacional de Estatística) – www.ine.pt
- Site da Fagar - http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31
- Site da Pesca - <http://www.docapesca.pt/>

SIGLA

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

IQAr - Índice de Qualidade do Ar